

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

São Paulo, 15 de março de 2010

Reforma agrária



em
São Paulo



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Sumário

1.	Identificação de Relatório de Gestão Individual	Erro! Indicador não definido.
2.	Objetivos e metas institucionais	9
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	9
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	11
2.2.1	Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	12
2.2.2	Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.	13
2.2.3	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	14
2.2.4	Divisão de Gestão Administrativa.....	15
2.3	Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	17
2.3.1	Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	17
	Principais Ações do Programa	18
2.3.1.1	Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	18
2.3.1.2	Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	20
2.3.1.3	Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	24
2.3.1.4	Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	26
2.3.1.5	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	30
2.3.2	Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	32
	Principais Ações do Programa	33
2.3.2.1	Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	33
2.3.2.2	Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	38
2.3.2.3	Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	40
2.3.2.4	Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	42
2.3.2.5	Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	44
2.3.2.6	Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	46
2.3.2.7	Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	49
2.3.2.8	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	52
2.3.3	Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	54

Principais Ações do Programa	55
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	55
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	58
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	60
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	63
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	64
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas....	65
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	68
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	69
Principais Ações do Programa	70
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	70
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	73
Principais Ações do Programa	74
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	74
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	76
Principais Ações do Programa	77
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	77
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	82
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	83
Principais Ações do Programa	84
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	84
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	87
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	88
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	92
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	94
Principais Ações do Programa	95
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	95
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa.....	100
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	102
Principais Ações do Programa	103

2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	103
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática.....	106
2.4	Desempenho Operacional	107
2.4.1.	Programação Orçamentária.....	107
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	107
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	107
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	107
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	107
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	108
2.4.2	Execução Orçamentária	109
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação		109
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação.....	109
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	110
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	111
2.4.3.	Evolução de Gastos Gerais	113
2.4.5.	Indicadores de Desempenho	114
3.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	115
3.1	Composição dos Recursos Humanos	115
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos	115
3.1.2	Composição e custos de Recursos Humanos	116
3.2	Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	118
3.3	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	119
3.4	Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	120
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	121
	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos... Erro! Indicador não definido.	
5.	Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	122
6.	Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	123
7.	Previdência Complementar Patrocinada	130
8.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	130
9.	Renúncias tributárias.....	130
10.	Operações de fundos	130
11	A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	131

11B. Determinações e recomendações do TCU.....	132
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	136
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	137
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	138
15. Informações Contábeis da Gestão	Erro! Indicador não definido.
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	146

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Estado de São Paulo			
Denominação abreviada: INCRA – SR(08)			
Código SIORG: 4033	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 22201	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(11) 3823-8560	(11) 3825-3233	FAX (11) 3823-8562
Endereço eletrônico: raimundo.silva@spo.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: No Estado de São Paulo, a autarquia é representada através de sua Superintendência Regional, cuja sigla é SR (08), CNPJ 00.375.972/0010-51, com endereço à Rua Doutor Brasília Machado nº 203, Santa Cecília, São Paulo – SP, CEP 01230-906			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, com Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, publicado no DOU de 28 de março de 2006 e Regimento Interno aprovado pela Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicado no DOU em 20 de outubro de 2006.			
...			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
PPA – Plano plurianual			
...			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
...			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
-	Não se aplica		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Reforma agrária é entendida como sendo o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- O combate à fome e à miséria;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II PNRA, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo Incra deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes

não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; e o asseguramento do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Em suma, o INCRA tem como atividades principais, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra, e expressos em seu Regimento Interno (Portaria MDA nº69, de 19 de outubro de 2006):

a) quanto ao Ordenamento da Estrutura Fundiária (Programas 0138 e 1336):

- Zoneamento do país em regiões homogêneas, do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, além de definir critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;
- Promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas;
- Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo;
- Controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis;
- Realiza atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

b) quanto à Obtenção e Destinação de Terras e Assentamento dos Beneficiários da Reforma Agrária e da Colonização (Programa 0135):

- Atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do Incra das terras necessárias à reforma agrária. Esse trabalho é realizado a partir do desenvolvimento e do monitoramento dos mecanismos de obtenção de terras, incluindo

a incorporação ao patrimônio público das terras devolutas federais, a serem destinadas a essa finalidade;

- Realizar seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, com destaque à implantação de projetos ambientalmente diferenciados, sobretudo na região amazônica.

c) quanto ao Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Programas 0137, 0139, 1350 e 1427):

- Elaboração de propostas que visem ao desenvolvimento e à recuperação dos projetos de reforma agrária;
- Normatizar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, autorizar movimentações orçamentárias e propor alterações nos programas relacionados às ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária;
- Implementação da infra-estrutura (água, saneamento, estradas); acompanhamento e concessão de créditos (nas suas diversas modalidades, desde o Apoio Inicial, passando pelo Fomento até a modalidade de Aquisição de Material de Construção e Adicional do Semi-Árido);
- Estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária;
- Titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias;
- Promoção da cidadania e educação no campo, visando a equidade de gênero, raça e etnia.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Com o intuito de preservar a necessidade de desenvolver melhores os projetos implantados e os em implantação, e tendo em vista a missão

de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, o INCRA-SP, na atual gestão, desenvolveu ações que visaram o desenvolvimento e o debate sobre a importância da Reforma Agrária, em bases atuais tendo como eixos as desigualdades regionais e a exclusão social. Vale ressaltar que, atualmente, no Estado de São Paulo encontram-se 16.098 famílias assentadas, num total de 110 Projetos de Assentamento, sendo que 9.539 famílias são de projetos exclusivos do Governo Federal (PA e PDS - INCRA) e 6.559 famílias em projetos do governo estadual (PE - ITESP), reconhecidos pelo INCRA¹.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações de gerenciamento da estrutura fundiária revelaram-se de grande relevância no ano de 2009. Em relação às ações de cadastramento de imóveis rurais, durante todo o ano foram debatidas e lançadas as bases da reforma do cadastro rural multifinalitário brasileiro, com destaque à modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Desde dezembro de 2009, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) passou a ser emitido também pela internet e os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) revelaram que apenas nos primeiros quarenta e cinco dias de serviço foram emitidos cerca de um milhão de CCIRs pela web.

Além disso, em 2009, o INCRA-SP trabalhou a grande demanda de processos referente as ações de georreferenciamento, tanto em relação às áreas particulares como também às pequenas propriedades (áreas de até quatro módulos fiscais) na qual o georreferenciamento é de responsabilidade do INCRA. No dia 17 de agosto de 2009, foi realizada no município, uma audiência pública de encerramento dos trabalhos que contou com a presença de aproximadamente 800 pessoas. Foram entregues as últimas 1.240 certificações, possibilitando estabilidade fundiária aos pequenos produtores do município.

As ações de Regularização Fundiária ganharam uma nova dinâmica com a publicação das Instruções Normativas nº 45 e nº 46, em maio de 2008, que adequaram os procedimentos administrativos às alterações realizadas na Lei nº 8.666/93, possibilitando a ampliação das áreas de regularização fundiária até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais. Tais medidas também deram maior celeridade ao processo de regularização fundiária.

Também foram desenvolvidas as ações referentes ao Programa Brasil Quilombola. Desde 2004 quando o programa foi criado, as ações

¹ Fonte: Divisão de Desenvolvimento/SIPRA 28-01-2010.

de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos passaram a ser estratégicas dentro do INCRA. Atualmente existem 47 processos administrativos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas tramitando no INCRA-SP e que tiveram acompanhamento durante o ano de 2009.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

O Programa de Reforma Agrária se mantém como de significativa importância, num país de 850 milhões de hectares em que mais de 50% das áreas das grandes propriedades rurais estão concentradas por 3% dos proprietários, associando-se ao crescente agronegócio que de um lado pode acrescentar produtividades maiores, de outro, socialmente, tem-se revelado mais excludente.

O planejamento da estratégia de intervenção fundiária toma por base a forte concentração fundiária do país, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de reforma agrária: imóveis obtidos (número e área), projetos de assentamento criados, número de famílias atendidas, áreas prioritárias de atuação, custos. A demanda do público alvo muitas vezes constitui-se em conflito que envolve imóveis considerados emblemáticos, para os quais o processo de obtenção é mais complexo, em virtude situação jurídica de impedimento que exige esforços adicionais para solução.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto em regiões onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº433/ 92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há também assentamentos criados a partir da incorporação de terras públicas federais. Em especial, neste caso, cabe mencionar processos já existentes em São Paulo referentes à destinação de mais de 11,5 mil hectares de transferência entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o INCRA-SP das áreas dos Hortos Florestais da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, transferida para União por força da Lei nº 11.483/07.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento coordenar, supervisionar e normatizar as ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, integrar políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária.

A cargo da Divisão estão o Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável na Reforma Sustentável na Reforma Agrária; o Programa 1350: Educação no Campo; e duas ações do Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar; a saber: Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Os Programas citados acima, com suas respectivas Ações, são de fundamental importância para o início da implantação, estruturação, recuperação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, pois contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. As atividades e serviços disponibilizados pelos Programas possibilitam que os projetos de assentamento se transformem em espaços produtivos de geração de trabalho e renda e de garantia da segurança alimentar, combinando produtos de subsistência com outros voltados à comercialização e ainda, promovendo a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e do crescimento da oferta de produtos para o mercado local.

Visando aprimorar a gestão e melhor atender as necessidades das famílias assentadas, durante o ano de 2009, empenhou esforços no aprimoramento das parcerias institucionais e dos normativos, visando contemplar a promoção da igualdade de gênero, desenvolvimento produtivo e diferenças regionais e as ações de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Dentre as dificuldades que têm impactado a execução dos trabalhos de Desenvolvimento, destaca-se a inadequação da norma legal que rege a celebração de convênios, que não contempla as especificidades requeridas para a execução das ações de reforma agrária, nem tampouco a diversidade rural das regiões brasileiras. Concomitante ao prazo decorrente do calendário eleitoral e dentre os fatores que afetaram a execução desde o exercício de 2008 e estendendo-se para 2009, consta a publicação da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, o qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante

convênios e contratos de repasse e dá outras providências. Este decreto institui, legalmente, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. A implantação desse sistema tem como diretrizes a ênfase na transparência do repasse de recursos públicos, a redução do custo operacional com a simplificação de procedimentos, a facilidade na fiscalização e controle, a integração e o suporte à padronização. Após alterações e acréscimos ao Decreto nº 6.170/07, o SICONV/Portal de Convênios entrou em operação em 01º de setembro de 2008. Devido às dificuldades na sua operacionalização, ao desconhecimento do sistema por parte da administração pública e das entidades proponentes, e às imperfeições que estão se ajustando ao processo, houve atraso no cadastramento, credenciamento, inserção e análise técnica e jurídica das propostas, conforme previsto na legislação, o que impactou na execução do Programa.

No âmbito das restrições estruturais institucionais do INCRA, destacam-se: 1) a ausência de um Sistema de Informações Gerenciais Corporativo, impactando na dificuldade de dados relativos aos resultados quantitativos e qualitativos das ações realizadas, bem como na apresentação dos indicadores necessários à gestão. 2) o efetivo de servidores, em relação às metas, ações e recursos, não tem apresentado crescimento proporcional ao longo dos anos, mesmo considerando a realização dos concursos públicos nos anos de 2004 e 2005, que, ainda assim, não repôs a força de trabalho aposentada da Instituição.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Gestão Administrativa exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais. Os trabalhos desenvolvidos pela referida Divisão estão diretamente relacionadas às ações de atividade meio, dando condições às demais divisões da Autarquia de desenvolverem as atividades fins do órgão, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

A administração do quadro funcional do INCRA (servidores, procuradores e estagiários) é efetuada pela Coordenação de Desenvolvimento Humano, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas, bem como a coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e da

GDARA, progressão e promoção funcional, bem como o estágio probatório. Também foi realizados cursos de capacitação e aprimoramento para servidores das divisões.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais consta a de prover as unidades fins da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários à aquisição desses bens e materiais e da contratação das prestações de serviços.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão que efetua fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Autarquia na Lei Orçamentária Anual dando suporte às demais divisões da Autarquia no gerenciamento dos recursos que são de suas responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

No que concerne às atividades da área contábil dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da Autarquia, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Nilton Bezerra Guedes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: - Elizaide Seixas Manguirmalani e Sinésio Sapucahy Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada (un)	2.810	1.567	1.176	55,77

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
112.500,00	156.134,07	156.134,07	100	153.109,83	98,06	153.109,83	98,06

Fonte: SIAFI

A ação de **Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária** tem por objetivo principal identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, bem como atualizar o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Tal ação executou R\$ 153.109,83 no ano de 2009.

Foram criados no ano de 2009, 11 projetos de assentamentos federais. Atualmente, em São Paulo, existem implantados 110 projetos de assentamento, numa área de 172,6 mil hectares, nos quais residem pouco mais de 9,5 mil famílias. Já do ponto de vista do assentamento de famílias, no ano de 2009, o INCRA-SP assentou 1.567 famílias. Para se ter uma idéia do aumento efetivo da ação do INCRA no Estado de São Paulo, ressaltamos que no ano de 2002, existiam 43 projetos de assentamento.

Em relação ao ano de 2009, a ação de seleção e assentamento de novas famílias alcançou 55,77% da meta para o ano. Isso se deve ao fato de algumas áreas que estavam ajuizadas não terem sido imitidas na posse até o final do ano, em alguns casos devido a questões jurídicas e em outros em função da liberação do licenciamento ambiental. Atualmente, o INCRA-SP aguarda a imissão de 12 imóveis localizados nas regiões de Andradina, Bauru, Itapetininga, Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba.

Em relação à execução financeira da ação houve um pequeno aumento do valor em relação ao previsto em função dos custos de GAP, principalmente as diárias, terem sofrido mudanças a partir do início do segundo semestre de 2009, que reajustou e equiparou o valor das diárias dos servidores do INCRA, o que acarretou neste pequeno aumento dos custos finais, uma vez que as ações de seleção e cadastro são executadas diretamente em campo.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada(há)	65.900	21.389,60	34898	32,45

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
359.000,00	618.403,41	618.403,41	100	611.844,22	98,93	611.844,22	98,93

Fonte: SIAFI

A ação de **Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis** é fundamental e imprescindível para que a ação anteriormente citada (obtenção) possa ser realizada. Os objetivos principais desta ação são a promoção, identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção. Boa parte dos recursos destinados a esta ação são para o desenvolvimento de atividades de campo (para a efetivação das vistorias propriamente ditas), porém, ações como Imissão na Posse, bem como para Perícias Judiciais, fazem parte das possibilidades de alocação de recursos através desta ação. Somente em 2009, foram executados R\$ 611.844,22 no âmbito desta ação.

Do ponto de vista da execução física, verificamos a ocorrência de queda nos quantitativos anuais de área vistoriada em 2009, após expressivo aumento desses quantitativos entre 2004 e 2007. Cumpre destacar ainda, que tal ação, para além do objetivo precípua de identificação de novas áreas para desapropriação e compra, tem também o objetivo (não menos importante), de fiscalização do cumprimento da função social das propriedades vistoriadas, contribuindo assim para: a elevação da qualidade e da produção no campo; combater o trabalho infantil e escravo; o cumprimento da legislação ambiental; e manter a paz no campo.

Durante o ano de 2009 foram fiscalizados 18 imóveis num total de 14.252,26 hectares e foram avaliados 08 imóveis com total de 7 mil hectares. Conforme tabela a seguir:

Fiscalizações no exercício de 2009³

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA
FAZ PEREIRAS GL-A	ITATIBA	239,7922
FAZ STO ANT ALEGRIA	STO ANT ALEGRIA	1.171,17
FAZ RANCHO	PONTALINA	502,08
FAZ SANTO ANTONIO	DRACENA	468,37
FAZ BANDEIRATES-REM	PAULICEIA	1503,31
FAZ STA CATARINA	DRACENA	1.328,20
FAZ CACHOEIRA	OURO VERDE	663,70

³ Fonte: Divisão de Obtenção.

FAZ NS SRA APARECIDA I e II	APARECIDA D OESTE	611,70
FAZ SITIO ITAOCA	MONGAGUA	509,1933
CHAC. STO ANGELO	MOGI DAS CRUZES	576,27
FAZ CORREDEIRA	PROMISSÃO	1.209,70
FAZ NADIM RUSTON	JACAREI	174,53
FAZ SÃO MANUEL	JUNQUEIROPOLIS	483,68
FAZ STO ANTONIO	JUNQUEIROPOLIS	1.994,42
FAZ SANTA CLARA	ARCO IRIS	1.412,10
FAZ VARGEM DO RIO GRANDE	MOGI DAS CRUZES	133,35
FAZ CACHOEIRA	JACAREI	247,10
FAZ UNIÃO	MARABA PAULISTA	1.023,60
18 IMÓVEIS	-	14.252,26

Avaliações no exercício de 2009

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA
FAZ RANCHAO	PONTALINA	502,08
FAZ SÃO JORGE	JOSE BONIFÁCIO	151,65
FAZ BANDEIRANTES	PAULICEIA	3.062,28
FAZ SANTO ANTONIO	DRACENA	468,37
FAZ CORREDEIRA	PROMISSÃO	1.209,70
FAZ. CACHOEIRA	SOROCABA	202,00
FAZ IPE	AGUDOS	801,96

FAZ NS S APARECIDA	APARECIDA DÓESTE	611,74
8	-	7.009,78

Em relação à meta física, quando definido a meta para o exercício de 2009 não foi considerada a capacidade operacional desta UJ. Tal meta foi elaborada pela administração central. Se comparado com a meta prevista para o exercício anterior, referente ao ano de 2008, pode-se verificar que a previsão subiu de 36 mil hectares para 65,9 mil.

Além disso, a tendência, no Estado de São Paulo, é a realização de vistorias em áreas cada vez menores, ou seja, com o mesmo gasto realizado para áreas maiores e consequentemente maior capacidade de obtenção para assentamento de famílias, nos exercícios anteriores, realiza-se hoje a obtenção para um número menor de famílias, o que explica o custo acima do valor nacional praticado pelo INCRA.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença ambiental protocolado (un)	25	65	43	260%

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
396.512,00	478.691,52	478.691,52	100	94.702,48	19,78	94.702,48	19,78

Fonte: SIAFI

A ação de **Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária**, também é uma realidade, sendo que em 2009, foram executados R\$ 94.702,48 nesta ação. Criado em 2008, pelo INCRA-SP, o Grupo de Trabalho Licenciamento Ambiental é responsável pela elaboração dos estudos necessários ao licenciamento e acompanhamento dos processos no âmbito do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, órgão licenciador vinculado à Secretaria do Meio Ambiente. Durante o ano de 2009, o grupo deu encaminhamento às atividades, o que resultou no protocolo de 65 licenças (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação e Operação – LIO e similares) junto ao órgão ambiental.

Apesar desta ação aparentemente fazer parte das áreas de desenvolvimento (Programa 137), parte da mesma se dá no processo de licenciamento ambiental das áreas a serem obtidas para fins de Reforma Agrária, tendo em vista a legislação ambiental atual, que determina que os assentamentos de Reforma Agrária obrigatoriamente tenham que ter Licença Prévia – LP para serem constituídos.

No ano de 2009 foram executados 260% da meta física para a ação, ou seja, 65 licenciamentos dos 25 previstos, embora a execução financeira não tenha correspondido ao previsto, sendo que foram executados R\$ 94.702,48 dos R\$ 396.512,00 previstos.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (há)	8.364	3.511,60	2.413	41,98

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
61.738.419,66	27.516.011,92	27.516.011,92	100	27.034.763,73	98,25	27.034.763,73	98,25

Fonte: SIAFI

A obtenção de terras se dá de três formas: desapropriação (de áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra direta com o proprietário) e não-onerosa (na prática, terras públicas). As duas primeiras modalidades compreendem pagamento do imóvel (aquisição) e de benfeitorias em moeda corrente e em Títulos da Dívida Agrária (TDA), para a terra nua (desapropriação).

As vistorias, realizadas na ação 8387, para as três modalidades, possibilitaram ao INCRA a obtenção de terras, nesta ação 4460, para a formalização de assentamentos das famílias, conforme tabela a seguir:

Assentamentos federais criados pelo INCRA-SP

Exercício de 2009⁴

Municípios	Assentamento	Data de Criação
Andradina	PA Timborezinho	25/09/09
Castilho	PA Ipê	18/06/09
	PA Pendengo	24/08/09
Guaraçai	PA Santa Luzia	18/05/09
Descalvado	PA Comunidade Agrária 02 de janeiro	21/08/09
Jaboticabal	PA Córrego Rico	Criado em 05/11/01 e transferido para o Incra 03/09
Orlândia	PA Orlândia	31/03/09
São Carlos	PA Comunidade Agrária Nova São Carlos	21/08/09
Piratininga	PA Brasília Paulista	21/08/09
Agudos	PA Loiva Lurdes	10/02/09
Pirajuí	PA Vitória	21/08/09
Total Geral	11 Assentamentos	

Vale dizer que – além dos 11 imóveis que resultaram em novos assentamentos, conforme demonstrado no quadro acima – temos o seguinte estoque para obtenção atualmente:

⁴ Fonte: Divisão de Obtenção

Estoque de Terras⁵

TIPO DE IMÓVEL	Nº. DE IMÓVEIS	ÁREA (HECTARES)	CAPACIDADE ESTIMADA (FAMÍLIAS)
POSSÍVEL COMPRA	07	5.131,25	282
PODEM SER IMPRODUTIVOS	35	30.659,21	2.027
IMPRODUTIVOS PARA DECRETO	53	37.751,59	2.682
DECRETADOS PARA AJUIZAMENTO	15	14.644,88	1.007
TOTAL	110	88.186,93	5.998

Existe ainda outro estoque, que são áreas que já possuíram seus valores devidamente pagos em juízo, ou seja, já indenizadas, mas estão aguardando decisão judicial para que o INCRA possa ser imitado na posse das mesmas e criar novos assentamentos, conforme tabela a seguir:

Áreas ajuizadas aguardando imissão na posse⁶

Municípios	Imóvel	Área (ha)	Nº de Famílias Estimadas
Andradina	Fazenda Timboré	797,68	62
Itapura	Fazenda Lagoão*	1.766,60	110
Lavínia	Fazenda São Raphael Santana	743,26	46
Pereira Barreto	Fazenda Santo Ivo	815,00	51
Sud Menucci	Fazenda Jangada	657,04	41
Sud Menucci	Fazenda Santa Maria	955,15	60
Agudos	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	1.643,70	110
Itapetininga	Fazenda Sapituva*	503,80	31
Rosana	Fazenda Santa Rita	2.698,44	169
Teodoro Sampaio	Fazenda Margareth	621,90	39
Pindamonhangaba	Fazenda Macuco/Sítios	711,30	20

⁵ Fonte: Divisão de Obtenção

⁶ Fonte: Divisão de Obtenção

	Reunidos		
Miracatu	Fazenda Vista Grande	1.200,00	237
Total Geral	12 imóveis	13.113,87	976

Além disso, somente no ano de 2009, mais sete imóveis foram decretados para fins de reforma agrária, ampliando as previsões para assentamento de novas famílias no Estado de São Paulo:

Imóveis Decretados em 2009⁷

MUNICÍPIO	IMÓVEL	DATA DO DECRETO
Sorocaba	Fazenda Cachoeira	27/03/09
Altair	Fazenda São José	26/05/09
Nova Independência	Fazenda São Pedro	14/10/09
Itapetininga	Fazenda Santa M. Várzea	20/11/09
Nova Independência	Fazenda Santa Terezinha	20/11/09
Agudos	Fazenda Agrocentro	24/12/09
Ouroeste	Fazenda Bom Jesus I	24/12/09
TOTAL	07 imóveis	-

⁷ Fonte: Divisão de Obtenção

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A		Não há	Não há			#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
528,00	14.346,07	14.346,07	100	14.346,07	2717	14.346,07	2717

Fonte:

As ações de **Gestão e Administração do Programa** dão suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

Foram empenhados R\$ 14.346,07. Esses recursos foram utilizados para o acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamento de diárias, passagens e material de consumo, dentre outras.

O valor pago foi maior do que o previsto na PO em função do reajuste e equiparação nos valores das diárias dos servidores, a partir do segundo semestre de 2009 que resultou em uma suplementação orçamentária.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Elizaide Seixas Manguirmalani e Sinésio Sapucahy Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida (un)	2.119	2.592	3133	122,32%

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
11.656.904,00	15.635.526,10	15.635.526,10	100	4.232.094,30	27,06	4.232.094,30	27,06

Fonte: SIAFI

Foram empenhados R\$ 15.635.526,10 e pagos R\$ 4.232.094,30 o que proporcionou uma execução financeira de 27,06%. O valor

empenhado contempla saldo do exercício anterior que pela não descentralização de recursos financeiros foram inscritos em restos a pagar.

A ação prevê a recuperação de infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos. As prioridades são abertura e recuperação de estradas, a implantação de sistemas de abastecimento de água e a conservação de solo através da implantação de terraceamento. Com isso, o INCRA busca estender de forma mais abrangente possível os benefícios sociais ao meio rural. Essas ações são fundamentais para a permanência dos assentados no campo e são executadas de forma direta, através de licitações públicas ou por meio de convênios ou acordos de co-participação celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal, estadual ou municipal.

Recebe destaque, no exercício de 2009, a continuidade da parceria com a CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, o que possibilitou um incremento qualitativo e quantitativo no desenvolvimento da infraestrutura dos assentamentos no Estado de São Paulo.

A CODASP é uma empresa de economia mista com controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1987, especializada na prestação de serviços de conservação de estradas rurais, terraplenagem, preparação e conservação de solo, construção de açudes e lagoas de tratamento, execução de microbacias hidrográficas, dentre outros. Pelo seu alto grau tecnológico (possui certificação ISO9000), integração de técnicas com as necessidades ambientais e eficiência, foi dada continuidade nessa parceria, iniciada em 2005. No exercício de 2009, as principais obras executadas pela CODASP foram:

**Obras executadas pela CODASP
Exercício de 2009⁹**

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	OBRA
GÁLIA	ANTONIO LAFAIETE	15	ADEQUAÇÃO DE 3,80KM DE ESTRADAS COM REVESTIMENTO, TERRACEAMENTO E ADEQUAÇÃO DO TERRENO
GÁLIA	MARGARIDA MARIA ALVES	15	ADEQUAÇÃO DFE 1,60KM, COM REVESTIMENTO, TERRACEAMENTO E ADEQUAÇÃO DO TERRENO (CONTROLE

⁹ Fonte: Gabinete da Superintendência.

			DE EROSAO)
GUARANTÃ	PASTO DO PLANALTO	27	ADEQUAÇÃO DE 5,30KM DE ESTRADAS COM REVESTIMENTO
BAURU	HORTO AIMORÉS	377	ADEQUAÇÃO DE 47,5 KM DE ESTRADAS SEM REVESTIMENTO - EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - EXECUÇÃO DE 2 POÇOS TUBULAR PROFUNDO
GETULINA	SIMÃO BOLIVAR	40	ADEQUAÇÃO DE 9,33KM DE ESTRADAS COM REVESTIMENTO E CONTROLE DE EROSAO
BIRITIBA MIRIM	CASA GRANDE	48	ADEQUAÇÃO 6,20KM DE ESTRADAS COM REVESTIMENTO, TUBULAÇÃO E PASSAGEM DE FLUXO TRANSVERSAL
DESCALVADO	XXI DE DEZEMBRO	40	ADEQUAÇÃO DE 5,00KM DE ESTRADAS, 1,70KM COM REVESTIMENTO, 3,30KM SEM REVESTIMENTO E TUBULAÇÃO PARA PASSAGEM DE FLUXO TRANSVERSAL
CAJAMAR	SÃO LUIZ	37	ADEQUAÇÃO DE 1,9KM DE ESTRADAS COM REVESTIMENTO, TUBULAÇÃO E PASSAGEM DE FLUXO TRANSVERSA - EXECUÇÃO DE 1 POÇO TUBULAR PROFUNDO
TREMembé	OLGA BENÁRIO	63	REABERTURA E CONSERVAÇÃO DE 11,00KM DE ESTRADAS INTERNAS
ARAÇATUBA	HUGO HERÉDIA	60	ADEQUAÇÃO DE 14,70KM DE ESTRADAS, 14,10KM REVESTIDO E 0,6KM SEM REVESTIMENTO E PASSAGEM MOLHADA
BREJO ALEGRE	SALVADOR	20	ADEQUAÇÃO DE 9,20KM DE ESTRADAS COM REVESTIMENTO
MURUTINGA SUL	DOIS IRMÃOS	125	ADEQUAÇÃO DE 23,90KM DE ESTRADAS, 23,50KM SEM REVESTIMENTO, 0,40KM COM REVESTIMENTO, TUBULAÇÃO DE FLUXO TRANSVERSAL, 230HA DE TERRACEAMENTO E 30METROS DE PASSAGEM MOLHADA

MIRANDÓPOLIS	PRIMAVERA II	105	ADEQUAÇÃO DE 16,30KM DE ESTRADAS, 15,90KM SEM REVESTIMENTO, 0,4KM COM REVESTIMENTO E 156HA DE TERRACEAMENTO
MURUTINGA SUL	STA. CRISTINA	54	ADEQUAÇÃO DE 12,80KM DE ESTRADAS, 10,00KM SEM REVESTIMENTO, 2,80KM COM REVESTIMENTO, TUBULAÇÃO DE FLUXO TRANSVERSAL E 234HA DE TERRACEAMENTO
ITAPURA	CACHOEIRA	65	ADEQUAÇÃO DE 14,70KM DE ESTRADAS, 14,10KM REVESTIDO E 0,6KM SEM REVESTIMENTO E PASSAGEM MOLHADA - EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
ANDRADINA	ARIZONA	46	TERRACEAMENTO DE 490HA - EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
CASTILHO	CELSO FURTADO	179	TERRACEAMENTO DE 470HA - CONVÊNIO
ILHA SOLTEIRA	ESTRELA DA LHA	209	TERRACEAMENTO DE 300HA
SUZANÁPOLIS	FAZ. TAPYR	155	REVESTIMENTO DE 16,00KM DE ESTRADAS COM BICA CORRIDA
GUARAÇAI	NOVA VILA	57	CONSTRUÇÃO DE PONTE
CASTILHO	STA ISABEL	68	EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
CASTILHO	N.SRA.APARECIDA II	73	EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
CASTILHO	SÃO JOAQUIM	46	EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
ARAÇATUBA	ARAÇÁ	80	EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
PEREIRA BARRETO	OLGA BENÁRIO	49	EXECUÇÃO DE POÇO CACIMBA
DESCALVADO	HORTO AURORA	80	EXECUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO
SÃO CARLOS	STA. HELENA	19	EXECUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO
RIBEIRÃO PRETO	FAZENDA DA BARRA	440	ADEQUAÇÃO DE 37KM DE ESTRADAS E ABERTURA DE 5KM DE ESTRADAS, DESTES 7KM COM REVESTIMENTO

TOTAL GERAL	-	2.592	-
--------------------	----------	--------------	----------

Com isso foi possível atender cerca de 2.592 famílias com abastecimento de água e estrada, acima da meta prevista de 2.119 famílias para o ano.

A execução física verificada com recursos exclusivamente do exercício de 2009 ressalta o fato de boa parte das obras e serviços relativos a 2009 terem sido contratados, em sua grande maioria, ao final do segundo semestre do mesmo ano e estarem, neste momento, em plena fase de execução, devendo ser concluídas em 2010. O mesmo foi verificado em relação às famílias beneficiadas com esta ação com recursos de restos a pagar de exercícios anteriores. São obras que foram iniciadas no ano de 2008, sendo concluídas e contabilizadas no ano de 2009.

Neste sentido, podemos afirmar que esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), já que várias obras iniciam-se em um ano e são concluídas no outro. Sendo assim, tendo em vista que o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas por esta ação, se dá por ocasião do recebimento da obra por parte de um engenheiro do INCRA e a emissão do Termo de Aceitação (provisório) da Obra, muitas das famílias beneficiadas pelas obras decorrentes desta Ação serão contabilizadas apenas no ano posterior, ou seja, no próximo exercício.

Na situação anteriormente descrita há muitas obras de estradas e sistemas de abastecimento de água em diferentes estágios de execução. Algumas já parcialmente concluídas, beneficiando um percentual expressivo de famílias, mas que só serão contabilizadas no ano seguinte, quando as mesmas forem integralmente concluídas e formalmente recebidas. Daí destacarmos a relativa dificuldade na prestação de contas desta ação, tendo em vista que boa parte das obras, conforme anteriormente destacado, em geral inicia-se num ano e só vão ser concluídas no ano seguinte.

Em conjunto com as informações anteriores, é importante destacar que há um número excessivamente reduzido de engenheiros civis no quadro de servidores do INCRA/SP, para atender a demanda total de obras implantadas e em fase de implantação junto aos assentamentos rurais. Tal situação promove uma grande dificuldade no acompanhamento da execução das obras, bem como na própria elaboração dos estudos necessários para a realização dos processos licitatórios, convênios e termos de parceria, que dependem da elaboração, análise e aprovação de projetos básicos de infra-estrutura.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (un)	3.626	697	1.137	19,22

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.895.642,00	5.389.297,58	5.389.297,58	100	388.577,79	7,21	388.577,79	7,21

Fonte: SIAFI

Foram liquidados R\$ 388.577,79 gerando uma execução financeira de 7,21% em relação ao empenhado no valor de R\$ 5.389.297,58, sendo que aproximadamente R\$ 4 milhões foram descentralizados em dezembro de 2009. No exercício de 2009, foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração de projetos com estudos das áreas a serem parceladas, em conjunto com as equipes de ATES, através de eventos denominados discussão participativa da comunidade, na elaboração de tais projetos;

- Demarcação física das parcelas através da colocação de marcos de concreto;
- Mapeamento e confecção de memoriais descritivos para lotes constantes dos processos de moralização, recolocação de divisas de lotes que tiveram seus marcos perdidos por conta da construção de estradas, litígios criados por conta da má construção das divisas (cercas) dos lotes já demarcados;
- Demarcação de barreiras agroflorestais para proteção das áreas de RL (Reserva Legal) e APP (áreas de proteção permanente), composição de barreiras quebra-vento e corredores de biodiversidade.

A execução física da ação foi baixa, representando somente 19,22% do estabelecido na Programação Orçamentária. Esta baixa execução física apresentada deve-se, principalmente, à formalização dos processos de contratação que só se realizou no final do ano de 2009 e, conseqüentemente, faz com que a maioria das ações se iniciem efetivamente em 2010.

Com relação aos recursos humanos utilizados na execução da ação, pouco se tem feito pela própria instituição, uma vez que a contratação dos serviços é feita via licitação, em razão na inexistência de corpo técnico suficiente para a execução direta.

Neste sentido, é imprescindível a contratação de empresas para a realização dos serviços de demarcação topográfica, tendo em vista o INCRA não dispor de pessoal suficiente para a execução direta. Os critérios utilizados para análise e aprovação do repasse dos recursos são:

- Parte-se do princípio de que todos os assentados em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA têm direito à demarcação topográfica dos seus lotes, uma vez atendidas a Norma de Execução.
- A Programação Operacional da Superintendência Regional, tendo como base o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Família beneficiada (un)	0	504	1.550	0

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Outra importante atividade estruturante trabalhada pelo INCRA, no contexto do Programa 137, se dá através da ação de Fomento à agroindustrialização e à comercialização, mais conhecido como “Terra Sol”. O programa Terra Sol, lançado em 2004, busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados. Dentre suas metas estão o aumento da renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade.

A partir de convênios e parcerias, o Terra Sol estimula atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras. Esta ação é normatizada pela Norma de Execução/INCRA nº 58, de 09 de abril de 2007.

Para o exercício de 2009 não foi descentralizado nenhum recurso para o programa para esta UJ. Porém houve execução da ação beneficiando 504 famílias com recursos do exercício anterior, que foi descentralizado em 2009.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documentação de titulação expedida (un)	0	152	530	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Já a ação de **Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**, tem por objetivo transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas. Tal ação se dá mediante a concessão de documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; e realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Apesar de não ter sido liberado recurso para a execução desta ação, o INCRA-SP emitiu 152 títulos de concessão de uso no exercício de 2009. Esse número se deve ao fato de sete dos onze assentamentos criados pelo INCRA-SP em 2009 terem ocorrido no segundo semestre. Como a ação de titulação (concessão de uso) depende de uma série de outras ações dentro de um projeto de assentamento como homologação e demarcação topográfica, além de procedimentos administrativos como orçamento e publicação em DOU para que o título seja emitido, não foi possível atender a todos os novos beneficiários, ficando como meta para o exercício de 2010.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	3	Projeto consolidado (un)	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade Família de produção atendida (un)	1.066	2.730	333	256,09

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.066.257,00	7.294.033,15	7.294.033,15	100	94.548,86	1,29	94.548,86	1,29

Fonte: SIAFI

Foram empenhados R\$ 7.294.033,15 e liquidados R\$ 94.548,86 o que permitiu a execução financeira de 1,29% em relação ao previsto. Em relação à meta física, foram atendidas 2.730 famílias enquanto que o previsto era de 1.066, o que representa 256,09 da meta realizada.

Do total de recursos, cerca de R\$ 6 milhões foram descentralizados somente em dezembro de 2009, não dando tempo hábil para a execução da ação. Além disso, algumas ações do programa quando realizadas atendem a um coletivo e não a uma unidade familiar, por exemplo, as ações de averbação de reserva legal que contabiliza o assentamento como um todo, fazendo com que a meta física seja superior ao previsto na PO.

Para esta ação, a Superintendência Regional do INCRA-SP vêm desenvolvendo Convênios, Termos de Cooperação, Termos de Compromisso e Termos de Ajustamento de Conduta Estadual com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e outras entidades com o intuito de promover a regularização ambiental, a reorientação da atividade agrícola em busca de sustentabilidade e a promoção do licenciamento ambiental dos assentamentos.

Esta SR(08) e a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais, vem desenvolvendo ações conjuntas visando promover a preservação, recuperação de áreas de reserva legal nos Projetos de Assentamento no Estado de São Paulo, através do programa de meio ambiente.

A execução do programa de meio ambiente nos projetos de assentamento, tem sua base fundamentada em que as áreas ambientais também devem ser objeto de ação governamental, com vistas à sua conservação, do seu restauro e do seu uso sustentável, posto que representa um patrimônio atual, e ao mesmo tempo para as gerações futuras.

Atualmente no Estado de São Paulo, dos 173.691 hectares ocupados pelas 9.539 famílias assentadas, 9.319 hectares são de área de preservação permanente (APP) e 33.516 hectares de área de reserva legal (RL).

É comum encontrar nos processos de obtenção de áreas para fins de reforma agrária, em sua grande maioria, propriedades que não cumpriram a legislação ambiental e por consequência apresentavam vastas áreas degradadas. Isto porque,

não existia nestas áreas reserva legal vegetada; as áreas de preservação permanente degradadas, e os solos utilizados sem nenhuma prática conservacionista.

Por isso, o programa de meio ambiente deve visar à recuperação e conservação dos recursos naturais nos projetos de assentamento, tratando inclusive o elemento água, para além da discussão com os assentados, haja vista a sua importância para atender ao consumo humano, animal e no uso agrícola para o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

Foram realizados durante o ano de 2009 os seguintes projetos em parceria com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf):

– **Averbação da Reserva Legal**

A averbação de Reserva Legal é parte integrante do processo de licenciamento ambiental. No ano de 2009 foram elaborados 22 mapas de assentamento delimitando as reservas legais e os respectivos memoriais descritivos.

– **Ações de recuperação e desenvolvimento sócio-ambiental dos assentamentos**

- Foram elaborados sete projetos de implantação de Sistemas Agroflorestais em Áreas de Preservação Permanentes.
- Foi elaborado um projeto de enriquecimento ambiental com palmeira juçara.
- Foi realizada uma apresentação sobre o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Luiz David de Macedo para a Secretaria de Meio Ambiente.
- Foram elaborados dois projetos de reflorestamento de Áreas de Preservação Permanentes.
- Foram realizados sete projetos para solicitação de intervenção em APP para instalação de rede elétrica nos PAs Arizona, Nossa Senhora Aparecida II, Dois Irmãos, Roseli Nunes, União da Vitória, São Lucas e Santa Cristina, todos da região de Andradina.
- Projeto de recuperação de área degradada por fogo no PA Cafeeira, em Castilho.

– **Qualidade da água**

Em paralelo às solicitações de outorga de água também foram realizadas análises de água nos assentamentos de forma a averiguar sua potabilidade. As análises orgânicas são feitas pelo laboratório do Instituto de Biociências da UNESP. Foram feitas três análises orgânicas pelo laboratório do Instituto de Biociências da UNESP e duas análises completas (MS 518) pela USP São Carlos no exercício de 2009.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
0	0	A	3	Família atendida (un)	2.315	2.187	1.676	95

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
26.155.074,00	26.186.480,73	26.186.480,73	100	26.069.480,73	99,55	26.069.480,73	99,55

Fonte: SIAFI

A Ação Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas contribui para o alcance dos objetivos direcionados às fases de implantação e recuperação dos Projetos de Assentamento e proporciona aos assentados os meios para suprir demandas, por ventura existentes, de moradia, de subsistência, e de geração de renda,

observadas as especificidades locais, com vistas a dar condições de uma instalação mais digna às famílias nas parcelas e fomentar o desenvolvimento das atividades econômicas dos assentamentos.

Em São Paulo são aplicadas as seguintes modalidades de Crédito Instalação:

- Apoio Inicial – é concedido às famílias assentadas, visando suprir as necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo para sua instalação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Com o Apoio Inicial pode-se comprar alimentos, sementes, insumos agrícolas, ferramentas de trabalho, implementos agrícolas de tração animal, matrizes leiteiras, bens de consumo de primeira necessidade e indispensáveis à qualidade de vida, sendo vedado à aquisição de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição.
- Aquisição de Material de Construção – é concedido às famílias assentadas, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, para auxiliar na construção de suas unidades habitacionais, nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento, ou com a localização definida em caso de projetos coletivos.
- Fomento – é concedido às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando o fortalecimento das atividades produtivas. Com o Fomento e Adicional de Fomento podem ser adquiridos bens de produção, insumos, mudas certificadas, matrizes e vacas leiteiras e na implantação de projetos coletivos de produção e máquinas agrícolas em condomínio, sendo vedada a aquisição de agrotóxicos
- Aquisição de Materiais de Construção – é destinado à recuperação das unidades habitacionais nos Projetos de Assentamento que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem, necessidades de reforma e/ou ampliação.

E mais, em dezembro de 2008, a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, por meio da Instrução Normativa nº 50, de 22 de dezembro de 2008, aprimorou os normativos que regem a concessão dos recursos, e fixou novos valores e normas gerais para implementação do Crédito Instalação aos beneficiários da Reforma Agrária, acrescentando duas novas modalidades:

- Apoio Mulher – é concedido para utilização exclusiva da mulher do lote que compõe a unidade familiar, residente e domiciliada no Projeto de Assentamento, visando o

desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

- Adicional do Fomento – é concedido às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando dar continuidade ao fortalecimento das atividades produtivas e ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

Além de dar suporte inicial para ocupação da parcela recebida pelo programa, o crédito interliga-se a outras atividades e iniciativas governamentais indispensáveis à promoção do desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos, com destaque para o Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental e Capacitação de Assentados, obras de saneamento e abastecimento de água (poços e cisternas), e o Programa Luz Para Todos, realizado pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a Ação Concessão de Crédito Instalação articula-se e integra-se às políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, eletrificação rural e saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

A concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas no exercício de 2009 vigorou com valores estabelecidos na IN/INCRA/nº 50, 22 de dezembro de 2008, nas seguintes modalidades:

Apoio Inicial - R\$ 3.200,00

Apoio Mulher - R\$ 2.400,00

Aquisição de Materiais de Construção - R\$ 15.000,00

Fomento - R\$ 3.200,00

Adicional do Fomento - R\$ 3.200,00

Recuperação Materiais de Construção até - R\$ 5.000,00

Reabilitação de Crédito Produção até - R\$ 6.000,00

Vale ressaltar que essas alterações contribuíram no atendimento às necessidades das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, e adequaram os valores a parâmetros competitivos de mercado. Os recursos são repassados às contas correntes (bloqueadas) vinculadas às associações ou aos representantes dos assentados por meio de contrato de prestação de serviços celebrados entre o INCRA e as Instituições Financeiras responsáveis pela sua operacionalização.

Em relação ao exercício de 2009, pode-se afirmar que houve uma execução de 95% na meta física e 99% na financeira. Foram descentralizados R\$ 26.069.480,73 para atender 2.187 famílias.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A		Não há	Não há			#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)

884.188,00	1.009.059,91	1.009.059,91	100	941.245,19	93,27	941.245,19	93,27
------------	--------------	--------------	-----	------------	-------	------------	-------

Fonte:

Esta ação contribuiu para o alcance das metas institucionais das demais ações deste programa promovendo o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização dos projetos de assentamento. Por ser uma ação de suporte à consecução de serviços técnicos e administrativos, esta ação custeia desde diárias e passagens até formulação e divulgação de políticas públicas. Os recursos desta ação custearam também diárias para o gabinete da presidência, a procuradoria federal especializada.

O valor pago foi maior do que o previsto na PO em função do reajuste e equiparação nos valores das diárias dos servidores, a partir do segundo semestre de 2009 que resultou em uma suplementação orçamentária.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sinésio Sapucahy Filho e Guilherme Cyrino Carvalho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado	3.630	16064	12.000	442,53

Fonte: LOA e SNCR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
32.670,00	97.677,67	97.677,67	100	91.205,94	93,37	91.205,94	93,37

Fonte: SIAFI

Foram empenhados R\$ 97.677,67 e liquidados R\$ 91.205,94 o que proporcionou uma execução financeira de 93,37% em relação ao descentralizado, conforme demonstrativos acima.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural busca manter banco de dados informatizado com informações sobre imóveis rurais cadastrados e assim integrar as diversas fontes de informações Federais, Estaduais e Municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrárias e agrícolas.

Tal Serviço de Cadastro Rural é responsável pela manutenção dos registros cadastrais do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, que compreende o cadastro de imóveis rurais, cadastro de proprietários e detentores de imóveis rurais, cadastro de arrendatários e parceiros rurais e o cadastro de terras públicas.

A execução dos trabalhos envolve uma gama ampla de atividades dentre as quais recepção, análise e o processamento das declarações para inclusão, alteração e cancelamento cadastral apresentadas pelos

detentores de imóveis rurais nesta Superintendência Regional de São Paulo e nas Unidades Municipais de Cadastro localizadas no interior deste estado. Também são promovidas as atualizações cadastrais resultantes dos processos administrativos de fiscalização cadastral, desapropriação para fins de reforma agrária e certificação de imóveis rurais georreferenciados.

Compete ao Serviço de Cadastro Rural a emissão de certidões para instrução de processos de aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o atendimento às consultas do Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia, Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Advocacia Geral da União. Finalmente, também, é atribuição desse Serviço, o treinamento dos funcionários designados pelas Prefeituras Municipais para atuar frente às Unidades Municipais de Cadastro.

Neste Estado são realizadas mensalmente cerca de 1.500 atualizações cadastrais, cabendo a esta Superintendência a maior parte deste montante, haja vista que o restante destas atualizações é promovida junto as Unidades Municipais de Cadastro com habilitação para atualizações cadastrais de imóveis até 4 módulos fiscais. Para viabilização da ação 2105, no INCRA-SP no ano de 2009 foi continuado convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais - FEPAF.

No exercício de 2009 foram firmados 82 Termos de Cooperação com as prefeituras locais para a instalação de novas UMC's. O Estado, atualmente, conta com 212 termos vigentes com 170 unidades informatizadas. Durante o ano também foram realizados treinamentos e capacitações com 163 prefeituras referentes ao novo manual de cadastro rural e também em relação ao novo sistema de emissão de CCIR que a partir de dezembro passou a ser emitido também pela internet e já com o novo modelo referente ao período de 2006-2009. Todas essas novas ações geraram demandas que culminaram na necessidade de suplementação orçamentária.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	Sistema de Cadastro Rural Mantido	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Esta ação está centralizada na Sede e os recursos destinam-se a pagamento do contrato (CRT/DF 69100/2006) com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, que tem como objeto a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento e armazenamento de dados, por intermédio de computação eletrônica, impressão eletrônica de documentos, extração de dados e outros serviços na área de Tecnologia da Informação do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ou seja, esta ação não é aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área Medida e Georeferenciada(há)	0	5.996,7524	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	130.000,00	130.000,00	100	125.945,69	96,88	125.945,69	96,88

Fonte: SIAFI

Foram empenhados R\$ 130.000,00 e liquidados R\$ 125.945,69, o que proporcionou uma execução financeira de 96,88% em relação ao descentralizado, conforme demonstrativos acima.

Com o advento da Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foram criados mecanismos de controle e cadastro nos serviços de registro de imóveis rurais. Em especial, os serviços de registro de imóveis sofreram alterações, incluindo o georreferenciamento e o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro Rural como elementos fundamentais de referência no registro desses imóveis.

Assim, o gerenciamento da estrutura fundiária existente, a perfeita delimitação e identificação das dimensões, da disposição física e localização dos imóveis passa a contar com níveis cada vez melhores de precisão e clareza nas referências utilizadas.

Com essa nova legislação, os recursos técnicos e legais para a execução dos serviços são superiores, apresentando melhores opções técnicas e operacionais para a sua realização, disciplinando normas para a identificação do imóvel rural, especialmente sobre as coordenadas dos vértices definidores de seus limites.

Assim, assegurar a qualidade e a conformidade técnica nos serviços de cadastramento de imóveis rurais tem sido uma meta social e institucional, principalmente agora, em que esta nova legislação possibilita compor uma base única de informações a ser compartilhadas por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural do país.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural busca manter banco de dados informatizado com informações sobre imóveis rurais cadastrados e assim integrar as diversas fontes de informações Federais, Estaduais e Municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrárias e agrícolas.

A Superintendência Regional de São Paulo,

visando atender às exigências do Decreto 4449/02 que regulamentou a Lei nº 10.267/01, em seu artigo 8º, relativo aos custos financeiros de que tratam o §3º do Artigo 176 e o §3º do Artigo 225 da Lei nº 6.015/73 elaborou um Programa para o georreferenciamento e a certificação de imóveis dos proprietários rurais do Estado de São Paulo, cuja somatória de áreas não exceda a quatro módulos fiscais, que terão isenção dos custos dos trabalhos de georreferenciamento.

Inicialmente foram selecionados os municípios de São João da Boa Vista e Itapeva que se apresentam com maior número de propriedades cadastradas com áreas abaixo de 4 módulos fiscais.

A SR(08) mantém desde 2005, parceria firmada com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais, para execução de serviços de Georreferenciamento de imóveis até 4 MF, sendo que em 2009 a mesma encerrou as atividades de georreferenciamento no município de São João da Boa Vista, no Estado de São Paulo, sendo este o primeiro município brasileiro a ser totalmente georreferenciado, que conforme quadro abaixo, atingiu-se o seguinte resultado:

**Georreferenciamento (imóveis até 04 módulos fiscais)
Exercício de 2009¹¹**

Número de Imóveis Trabalhados pelo Projeto	Número de Imóveis Certificados/georreferenciados	Imóveis Confrontantes	
		Outro Município	Urbano
1.644 imóveis	1.398 imóveis certificados	54 imóveis	192 imóveis
		Subtotal: 246 imóveis	
TOTAL GERAL: 1.398 imóveis georreferenciados/certificados			

Também em relação ao atendimento à Lei nº 10267/01 e Decretos 4.449/02 e 5.570/05, referente aos processos de certificação dos proprietários rurais com área acima de quatro módulos fiscais (de acordo com o calendário estabelecido na Lei), das ações judiciais de usucapião e retificação de registro imobiliário. Para estes processos no ano de 2009 foram certificados 1518 imóveis.

¹¹ Fonte: Divisão de Obtenção – Núcleo de São João da Boa Vista

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área Regularizada(há)	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2009. Com isso, nenhum processo em andamento (total de 23 processos) foi titulado em 2009. As áreas em questão se encontram dentro no Núcleo Colonial Monção, cuja Ação Reivindicatória ainda não foi decidida pelo Judiciário. Assim, a área ainda não está em posse do INCRA e não foi possível realizar o georreferenciamento, condições indispensáveis a emissão de títulos.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área com Processo Impetrado (há)	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2009.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área Diagnosticada Destinada (há)	0	4.703,99	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

O II PNRA estabelece que as áreas públicas federais serão prioritariamente destinadas à reforma agrária. Uma das funções do INCRA é assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporá-las à reforma agrária.

Em São Paulo, existem duas realidades sobre terras públicas pertencentes à União. A primeira diz respeito aos imóveis da antiga Rede Ferroviária Federal S/A e a segunda aos demais imóveis da

propriedade da União, sejam aqueles cuja origem está vinculada à extinção de antigos órgãos governamentais, como aqueles registrados em nome da própria União.

Em especial cabe mencionar os processos de transferências realizados em 2009 entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o INCRA referente às áreas dos hortos florestais da extinta RFFSA, transferidas para a União por força da Lei n. 11.483/07.

**Terras Públicas Federais – Hortos Florestais
Exercício de 2009¹²**

Região	Municípios	Horto	Área (ha)	Observação
Araraquara / Ribeirão Preto	Descalvado	Horto Florestal Descalvado	376,44	Assentamento criado em 21/08/09 – 42 famílias
	Jaboticabal	Horto Florestal Córrego Rico	467,18	Assentamento transferido em 03/09 – 47 famílias
	São Carlos	Horto Florestal São Carlos	1.158,50	Assentamento criado em 21/08/09 – 110 famílias
Iaras / Bauru	Piratininga	Horto Florestal Brasília	1.863,40	Assentamento criado em 21/08/09 – 110 famílias
Total Geral	-	04 Hortos	3.865,52	- 04 assentamentos - 309 famílias assentadas

Além disso, no exercício de 2009 também houve a incorporação de mais uma área pública federal e ainda há outras duas áreas em processo, que também possibilitam a criação de assentamento, conforme tabela a seguir:

**Terras Públicas Federais – Hortos Florestais
Exercício de 2009¹³**

Região	Municípios	Projeto	Área (ha)	Situação atual	Famílias beneficiadas
Andradina	Três Fronteiras	-	07	Em processo	-
Araraquara / Ribeirão Preto	Orlândia	PA Orlândia	71,94*	Assentamento criado em 31/03/09	10

¹² Fonte: Divisão de Ordenamento.

¹³ Fonte: Divisão de Ordenamento.

Iaras / Bauru	Pirajuí	-	91,93	Em processo	-
Total	-	03 áreas	170,87	02 áreas em processo e 01 assentamento criado em 2009	-

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2009.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: INCRA-SEDE

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁴

¹⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor Capacitado (um)	53	126	60	237,74

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
13.193,40	32.138,53	32.138,53	100	31.746,59	98,78	31.746,59	98,78

Fonte: SIAFI

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No âmbito da Administração Pública Federal, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, e trouxe como novidade o modelo de Gestão por Competências. No citado Decreto, a metodologia de Gestão por Competência é definida como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”.

Por oportunidade de capacitação entende-se o número de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2009.

Na execução física das ações de capacitação, o INCRA-SP superou a meta prevista na PO 2009, em função do cômputo de um mesmo servidor participar de diversos eventos de capacitação. Ao valor liberado inicialmente para atender demandas prioritárias e pontuais da SR-08 somou-se outras ao longo do exercício, que foram prontamente atendidas pela Administração Central.

As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA-SP foram definidas através de levantamentos de necessidades realizados junto às diversas divisões. Os treinamentos contemplaram os segmentos: Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial, Informática e Comportamental.

No quadro abaixo estão relacionadas às capacitações realizadas no exercício de 2009:

Capacitação de Servidores Públicos Federais

Exercício de 2009¹⁵

Curso	Participantes	Período	Horas-Aula	Local
Legislação aplicada e gestão de pessoas	01	02/02 a 02/03	20h	À distância
17ª Feira Internacional Construção Civil	01	26 e 27/03	16h	São Paulo

¹⁵ Divisão Administrativa/Recursos Humanos

Encontro Nacional Coord. Reg. – Norma Execução 70/2008	01	23 e 24/03	16h	Incra/BR
Palestra “Como proteger seu emprego”	01	02/04	02h30	Ciee/SP
Conf. Nac. Rec. Humanos Adm. Públ. Fed. 2009	02	01 a 03/04	20h	UFABC/SP
Ciclo de Palestras “Direitos e deveres do servidor”	14	08/04	04h	Incra/SP
Seminário sobre o centenário da morte de Euclides da Cunha	01	15/04	03h	Ciee/SP
Ciclo de Palestras “Novas regras para aposentadoria”	27	15/04	04h	Incra/SP
Liderança com resiliência	01	17/04	04h	-
Ciclo de Palestras “Assédio moral”	19	22/04	04h	Incra/SP
Liderança/motivação – caminhos e resultados	01	27/04	08h	ABTD/SP
Seminário “Super dicas para escrever bem e reforma ortográfica”	05	27/04	04h	Via Acesso/SP
Ciclo de Palestras “Garantias constitucionais”	24	29/04	04h	Incra/SP
Portal de convênios e SICONV	01	13 a 15/05	24h	Brasília/DF
Curso “Comunicação pública de governo”	02	05 a 21/05	36h	ARCO/SP
Palestra “Longevidade e qualidade de vida”	22	02/06	03h	Incra/SP
SISPAD	01	16 a 19/06	40h	BH/MG
COBREAP	12	21 a 25/09	21h	São Paulo
Curso de avaliação de imóvel rural	07	01/09 a 01/12	150h	À distância
O trabalho rural como requisito da função social da propriedade	21	13/11	04h	São Paulo
Curso de gestão e fiscalização de contratos administrativos	01	03 e 04/12	-	São Paulo
II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão	02	07 a 11/12	-	Goiânia/GO
Total: 22 atividades	167	-	388 h/A	-

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: INCRA-SEDE

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁶

¹⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Acampada Assistida(un)	138	9830	0	7.123,18

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.500,00	59.099,04	59.099,04	100	58.263,57	98,59	58.263,57	98,59

Fonte: SIAFI

Ressaltamos que o atingimento das metas físicas, ultrapassou o percentual de famílias acampadas assistidas, conforme previsto.

A interpretação deste resultado está na forte demanda exercida pelos movimentos sociais rurais com o objetivo de fortalecer a inclusão social e uma melhor distribuição de terras e o aproveitamento de seus recursos naturais. Quanto a meta financeira atingimos o percentual de execução de 98,5% entre a provisão recebida e realizada.

Faz-se necessário esclarecer que a ação 2109, se compõe de três atividades fundamentais para o atendimento às famílias acampadas, ou seja, assistência social, técnica e jurídica.

Durante o ano de 2009, o setor desenvolveu as seguintes ações:

- Entrega de lonas doadas pela Ouvidoria Agrária Nacional às famílias de trabalhadores rurais sem-terra em estado de periculosidade habitacional;
- Cadastramento de trabalhadores rurais sem-terra candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Também utilizado para efeitos previdenciários e de apoio à quantificação de cestas básicas, nos locais de acampamento;
- Entrega de cestas básicas à trabalhadores rurais sem-terra, via convênio Conab X MDS X INCRA, visando garantir a segurança alimentar;
- Acompanhamento de cumprimento de liminares de reintegração de posse pela Polícia Militar Estadual, visando apoio jurídico às famílias em iminência de despejo;
- Atendimento telefônico de famílias de trabalhadores rurais sem-terra;
- Visita a acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra visando levantamento de informações e estratégias que possam subsidiar as ações da Superintendência Regional;
- Apoio social, psicológico às famílias de trabalhadores rurais sem-terra vítimas de violência no campo;
- Mediação entre as partes em conflito fundiário e instâncias de governo: reuniões com lideranças, entidades de apoio, representantes dos envolvidos e contatos com órgãos governamentais, poder judiciário e polícia militar.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Guilherme Cyrino Carvalho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁷

¹⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade Titulada(un)	6	0	1	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
97.628,00	9.386,59	9.386,59	100	9.386,59	100	9.386,59	100

Fonte: SIAFI

Foram empenhados e liquidados R\$ 9.386,59 o que proporcionou uma execução financeira de 100%. Porém, em relação ao previsto o valor recebido pela UJ, foi bem menor do que estava previsto.

Dentro do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, o INCRA foi incumbido da competência para a regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombolas e

tem as seguintes atribuições e ações a desempenhar:

1. Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art 3º do Decreto 4.887/03). Isso significa que, uma vez identificados e descritos os regimes de domínio de determinado território, caberá ao INCRA a regularização das terras públicas federais e dos territórios particulares (desapropriação); a transferência do domínio das terras devolutas (estaduais) aos remanescentes de quilombo é de competência dos respectivos órgãos estaduais. Para essa atribuição, segue-se o procedimento estabelecido na Instrução Normativa nº 20 do INCRA, que inclui tarefas como fazer o estudo e definição do território reivindicado, elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e o Relatório Técnico e Científico (laudo antropológico).

2. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras” (art. 15 do Decreto 4.887/03). O INCRA atua em qualquer pólo (ativo ou passivo) e em qualquer instância, na defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, inclusive antes da existência de processo de desapropriação, na defesa da posse do território. Atualmente, como exemplo, estamos atuando na defesa dos interesses quilombolas em processos de conflitos de luta pelo território das comunidades de Cambury, Caçandoca e Cafundó.

3. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura” (art. 20 do Decreto 4887/03). A associação da comunidade remanescente de quilombo de Caçandoca já obteve acesso ao crédito de infra-estrutura. A casa de artesanato, o apiário, a pesca com rede, o viveiro, o a produção do suco de Jussara, enfim, o desenvolvimento rural da comunidade. Estas ações estão sendo acompanhadas por técnico do INCRA.

4. O INCRA vem realizando reuniões com o Ministério Público Federal das regiões, SEPPIR, assim como com outros órgãos e instituições, em conjunto com as

comunidades, na busca de soluções para os conflitos fundiários, fortalecimento das associações, melhores condições de vida para as comunidades e, principalmente, a regularização dos territórios de remanescentes.

Durante o ano de 2009, a equipe do INCRA deu encaminhamento aos trabalhos da ação de acordo com as diversas fases em que se encontram. Atualmente o quadro do Programa Brasil Quilombola está da seguinte forma:

Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos Exercício de 2009¹⁸

Data de Abertura do Processo	Município	Comunidade
08/10/04	Salto de Pirapora	Cafundó
09/12/04	Cananéia	Mandira
09/12/04	Eldorado	Sapatu
09/12/04	Itapeva	Jaó
09/12/04	Capivari	Capivari
09/12/04	Eldorado	Pedro Cubas de Cima
09/12/04	Eldorado	André Lopes
23/02/05	Iporanga	Pilões
23/02/05	Eldorado/Iporanga	Galvão
23/02/05	Eldorado/Iporanga	São Pedro
23/02/05	Eldorado	Ivaporunduva
24/02/05	Ubatuba	Caçandoca*
05/04/05	Iporanga	Poço Grande
02/05/05	Ubatuba	Cambury
02/05/05	Ubatuba	Fazenda Caixa
09/05/05	Itatiba	Brotas
10/05/05	Iporanga	Porto Velho

¹⁸ Fonte: Divisão de Ordenamento/Quilombolas

31/05/05	Itaoca	Cangume
07/06/05	Iguape	Morro Seco
30/06/05	Iporanga	Bombas
12/07/05	Iporanga	Maria Rosa
12/07/05	Eldorado	Pedro Cubas
12/07/05	Eldorado	Nhungara
12/07/05	Iporanga	Praia Grande
25/10/05	Cananéia	Varadouro
25/10/05	Cananéia	Santa Maria
25/10/05	Cananéia	Taquari
25/10/05	Barra do Turvo	Reginaldo
25/10/05	Cananéia	Porto Cubatão
17/02/06	Eldorado	Boa Esperança
06/04/06	Ubatuba	Cassanga
17/07/06	Votorantim	José Joaquim Camargo
17/07/06	São Roque	Carmo
11/08/06	Pilar do Sul	Fazenda Pilar
11/08/06	Sarapuí	Caxambu
14/08/06	Barra do Turvo	Terra Seca
14/08/06	Barra do Turvo	Ribeirão Grande
14/08/06	Barra do Turvo	Cedro
14/08/06	Barra do Turvo	Pedra Preta
14/08/06	Barra do Turvo	Paraíso
05/04/07	Salto de Pirapora	José Joaquim Camargo / Piraporinha
09/05/07	Eldorado	Abobral
17/05/07	Salto de Pirapora	Fazendinha dos Pretos
25/02/08	Iporanga	Piririca
07/07/08	Jacupiranga / Eldorado	Poça
28/08/08	Ubatuba	União dos Morros

30/09/08	Agudos	Porcinos
Total Geral: 47 processos de reconhecimento e titulação		

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Área Indenizada(há)	0	0	231	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Em decorrência das fases processuais não terem chegado ao estágio de pagamento de indenização aos ocupantes das áreas quilombolas, não foram utilizados recursos nesta ação.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: INCRA-SEDE

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁹

¹⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado	400	302	400	0

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
162.450,00	135.900,00	135.900,00	100	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Educação de jovens e adultos (EJA) desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Essa ação foi viabilizada com a parceria da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). O convênio teve início no ano de 2007 e terá vigência até julho de 2010. No início eram 400 alunos e atualmente são 302 alunos freqüentes no curso.

Os gastos ocorrem nas seguintes modalidades: consumo (aquisição de material pedagógico e didático, óculos, combustível); pagamento de pessoa jurídica (locação de espaço físico para a realização de seminários, capacitações, hospedagem, alimentação); despesa de locomoção (aquisição de passagens e locação de veículos), pagamento de pessoa física; Quanto à despesa com material permanente, quando programado nos projetos apresentados, são adquiridos quadro-de-giz, carteiras de estudantes e lampiões.

A fim de viabilizar a meta de alfabetização/escolarização e dos procedimentos operacionais dos projetos, bem como permitir que sejam acompanhados de forma eficiente e, com efeito, multiplicador, é imprescindível que se tenha condições humanas e materiais.

A aplicação do recurso em 2009 foi em curso que já estava iniciado antes de 2009 e que no exercício foi continuado. Não houve celebração de novos convênios, apesar da demanda existente, em função da determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, quanto à proibição de realização de convênios, dos projetos aprovados, que estão em condições de implantação, como em sua maioria são para realização de parcerias com instituições de ensino públicas do Estado, Municípios e Instituições privadas sem fins lucrativos, restando assim prejudicado o avanço da ação.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional Capacitado(un)	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do

campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional Formado(un)	360	0	180	0

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.260.000,00	1.314.500,00	1.314.500,00	100	490.500,00	37,51	490.500,00	37,51

Fonte: SIAFI

O Pronera opera por meio de uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e com governos estaduais e municipais.

– Ensino Superior

Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais. Para promover o

desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade. Em 2009, a SR(08) encerrou o ano com 3 cursos superiores em andamento, a saber.

- UNESP: Graduação em Geografia, com habilitação em licenciatura e bacharelado (duração 5 anos); Teve início em dezembro de 2006 e terá vigência até dezembro de 2011.
- UFSCar: licenciatura em Pedagogia (duração 4 anos); Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2012.
- UFSCar: Bacharelado em Agronomia (duração 5 anos). Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2013.

Todos os cursos tiveram as demandas dos movimentos sociais contempladas na construção do projeto pedagógico, sendo que os mesmos seguiram as diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC e atenderam simultaneamente a legislação específica de cada universidade. Os cursos são desenvolvidos na modalidade de alternância, com os tempos distribuídos em Tempo Escola e etapas à distância, denominadas Tempo Comunidade, onde os educandos colocam em prática, os conteúdos adquiridos na escola e assim sucessivamente.

– Ensino Médio/Técnico

Em relação ao Ensino Médio, vale ressaltar a parceria estratégica entre o INCRA, movimentos sociais, UNICAMP/Feagri e Colégio Técnico da UNICAMP (COTUCA), para o desenvolvimento do curso técnico em agroecologia, associado ao nível médio, direcionado a jovens e adultos, com duração de 3 anos. Essa parceria só foi possível com a inserção do COTUCA/UNICAMP, que conseguiu junto à Secretaria Estadual de Educação o reconhecimento do curso em suas 3 turmas, na categoria de classes descentralizadas, subordinadas à supervisão das delegacias de Ensino Regionais. A exemplo dos cursos superiores, esse curso é desenvolvido na modalidade de alternância, com os tempos divididos em Tempo Escola e Tempo Comunidade.

Em relação aos gastos, a maioria das

despesas concentram-se em: consumo (aquisição de material didático e pedagógico, material de expediente, combustível, manutenção de veículos); pagamento de pessoa jurídica (locação de espaço, hospedagem, alimentação e aquisição de livros); pagamento de diárias aos professores para acompanhamento do tempo comunidade; despesa de locomoção (aquisição de passagens aéreas e/ou terrestre e locação de veículos).

A aplicação do recurso foi em cursos que já estavam iniciados antes de 2009 e que no exercício foi continuado. Não houve celebração de novos convênio, apesar da demanda existente, em função da determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, quanto à proibição de realização de convênios, dos projetos aprovados, que estão em condições de implantação, como em sua maioria são para realização de parcerias com instituições de ensino públicas do Estado, Municípios e Instituições privadas sem fins lucrativos, restando assim prejudicada o avanço da ação (citar as ações).

Os cursos de ensino médio e superior em vigência atualmente são:

Cursos Pronera vigentes no Exercício 2009²⁰

Instituição de Ensino	Curso/Projeto	Número de Alunos	Início	Término
UNIMEP	EJA	302	Dez/07	Jul/10
UNICAMP	Técnico Agroecologia	134	Dez/06	Out/10
UNESP	Geografia	54	Dez/06	Dez/11
UFSCar	Pedagogia	55	Out/07	Jan/12
UFSCar	Agronomia com ênfase em agroecologia	60	Out/07	Jan/13
Total	05 cursos	605	-	-

Em relação a problemas, o maior refere-se à desistência de alguns alunos no decorrer dos períodos. Esse problema foi verificado no curso de EJA e de Agroecologia.

²⁰ Fonte: Pronera/SP.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A		Não há	Não há			#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.000,00	22.212,02	21.776,60	98,03	21.776,60	98,03	21.776,60	98,03

Fonte:

A ação de Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas com os acompanhamentos da execução dos cursos, realização de eventos e para a produção e edição de publicações, visando a divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio.

Principais gastos são: pagamento de diárias, consumo (combustível e manutenção da frota); passagens aéreas, pagamento de pessoa física e pagamento de pessoa jurídica, realização de eventos e apoio à publicação de material didático/pedagógico.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Elizaide Seixas Manguirmalani

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²¹

²¹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família Assistida(um)	6784	8919	9.909	131,47

Fonte: LOA e SIR

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
5.129.004,00	18.135.073,21	18.135.073,21	100	12.731.385,37	70,20	12.731.385,37	70,20

Fonte: SIAFI

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) é um novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

As ações de assistência técnica em assentamentos são regidos pelo Programa de Assessoria Técnico, Social e Ambiental - ATES, criado em 2004 pelo INCRA/MDA, através da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº. 39, de 30/04/2004, que no exercício de 2007 foi substituída pela Norma de Execução Nº. 60, de 07/05/2007, e no Estado de São Paulo, é desenvolvida em parceria principalmente com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), entidade vinculada à UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

O valor empenhado em 2009 foi de R\$

12.731.385,37 em relação ao previsto de R\$ 5.129.004,00. O valor foi superior devido a alguns fatores como: a alteração do valor unitário por família/ano conforme disposições da NORMA DE EXECUÇÃO/N 77, de 29.09.2008 que altera o valor da família/ano de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) para o valor de R\$ 796,00 (setecentos e noventa e seis reais) com vigência desde a data de 01.10.2008. Houve também um aumento significativo do número de famílias assentadas no estado de São Paulo e isso nota-se ano a ano. Atualmente existem 9.539 famílias assentadas em projetos de assentamentos federais. Somente em 2009 foram criados mais 11 projetos e assentadas 1.567 novas famílias. Além disso, foram desenvolvidos diversos projetos no âmbito do ATEs, tais como:

– **ESALQ/USP (SAF)**

Por meio do trabalho desenvolvido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de São Paulo que assentados dos PDS Alves, Teixeira e Pereira e Luiz David de Macedo, no Vale do Ribeira, conheceram o Sistema Agroflorestal (SAF).

– **Bandeira Científica (Faculdade de Medicina-USP)**

A principal finalidade foi promover a saúde e qualidade de vida para os beneficiários da Reforma Agrária, em parceria com as Equipe de Assessoria Técnica, do INCRA e a da Faculdade de Medicina da USP, desenvolvendo o projeto através da Bandeira Científica do Departamento de Patologia. A equipe de assistência técnica organizou e acompanhou as atividades, promovendo assim melhor adesão por parte dos assentados.

– **Valorização da Cidadania da Mulher na Reforma Agrária**

Este Programa objetivou fortalecer os direitos da mulher, apoiando-as em sua inserção nas políticas públicas do Programa da Reforma Agrária, realizando diagnósticos das realidades enfrentadas pelas mulheres nos Assentamentos e apoiando projetos de produção, diversificação e comercialização com os grupos de mulheres. Os resultados

positivos demonstraram que o trabalho das mulheres é imprescindível para o desenvolvimento dos assentamentos, visto que, além da formação de grupos de afinidades e atividades produtivas, como o artesanato, horta orgânica, entre outros, contribuem com o desenvolvimento de áreas como a saúde e a educação.

– Cooperativismo e Associativismo

Com o desenvolvimento das atividades de ATES no Estado, houve a necessidade de fomentar sistemas adequados de produção e comercialização dos produtos da reforma agrária, tanto na venda quanto na compra em comum. Assim, através das funções básicas do Programa de ATES, descritas no Espelho de Programas do PPA – Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 07/04/2008), que são, dentre outras: “identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das metodologias apropriadas; definição do plano emergencial e auto-sustentação e, no decorrer do processo, construção de um modelo de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial, moradia e infra-estrutura, e assessoramento na elaboração de projetos de crédito e nos projetos de economia solidária e na formação de redes”, implementar o projeto de fomento ao cooperativismo e associativismo, como suporte às atividades de ATES no Estado de São Paulo. Os objetivos principais do Projeto Fomento ao Cooperativismo e Associativismo são:

- a) promover a revisão dos sistemas de produção rurais existentes e uma avaliação das suas possibilidades de melhoria, considerando uma projeção de horizonte de longo prazo;
- b) articular as dimensões técnicas, econômico-financeiras, sociais, ambientais e institucionais para que se alcance o desejado desenvolvimento sustentável para a comunidade de assentados;
- c) aumentar a renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade;
- d) garantir a transferência de tecnologia de gestão econômica aos assentados, com o intuito de capacitá-los a administrar seus empreendimentos.

Várias ações tem sido executadas neste sentido, sendo a mais significativa a implementação da ATES via implantação dos técnicos de campo, fortalecendo o desenvolvimento das forças produtivas. Cabe ressaltar que este Projeto é um elo de ligação entre o Programa de ATES e a ação Terra Sol, que atua na parte final da produção/comercialização, já descritos no Programa 0137 – Desenvolvimento de Assentamentos, e que sem este projeto, entendemos ser impossível garantir que os assentados sejam plenamente independentes e integrados aos desígnios da Reforma Agrária no Estado.

Assim, o Projeto foi conceituado para atuação a nível estadual, na totalidade dos assentamentos no Estado, sejam eles federais ou estaduais, visto que entendemos que o cooperativismo não é separado por ente responsável por determinado assentamento ou região, e que é dever do Estado enquanto fomentador e regulador da Reforma Agrária, neste caso, tornar qualquer assentamento rural auto-sustentável, fazendo com que o investimento feito pela sociedade retorne muitas vezes multiplicado.

Durante o exercício de 2009, na parceria INCRA/FEPAF, foi prestado apoio e assessoria para cerca de 62 organizações dos assentados (cooperativas e associações) em todo o Estado de São Paulo, em ações de produção e comercialização.

Há também a manutenção de catorze Núcleos de Apoio localizados em locais estrategicamente escolhidos que possibilitem uma atuação direta do agente de ATES (equipes multidisciplinares) e o beneficiário da reforma agrária. Os Núcleos estão localizados e atendem da seguinte forma:

Núcleo de Apoio	Assentamentos
Unidade Avançada de Andradina	43
Araraquara	12
Bauru	3
Iaras	5
Itapeva ²²	8

²² O núcleo de Itapeva atende a 08 (oito) assentamentos estaduais.

Mirante do Paranapanema	5
Presidente Epitácio	4
Promissão	11
Rancharia	6
Ribeirão Preto	2
Teodoro Sampaio	2
Vale do Paraíba (Taubaté)	6
Vale do Ribeira (Apiaí)	3
Eixo Anhanguera e Itapetininga	8
TOTAL	118

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
				Não há				#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
54.798,00	66.988,13	66.988,13	#DIV/0!	65.368,32	#DIV/0!	65.368,32	#DIV/0!

Fonte: SIAFI

As ações de **Gestão e Administração do Programa** dão suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²³

²³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	Não há	0	0	0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.795.601,63	1.795.601,63	1.795.601,63	100%	1.552.271,07	86,44%	1.541.424,43	85,84%

Fonte:

De acordo com o Regimento Interno, compete a Divisão Administrativa da UJ a execução das atividades da ação 2000, conforme transcrevemos:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;
- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e
- j) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Destacamos como avanço, nossas programações, nas aquisições diversas, efetuadas nesta UJ, destacando aquelas relacionadas com materiais de expediente, visto que as aquisições são realizadas através de Pregões Eletrônicos - Sistema de Registro de Preços, evitando assim a segregação de despesas com o mesmo objeto, trazendo um maior controle bem como a redução de custos.

Em contrapartida estamos com problemas referente a manutenção e conservação do imóvel, visto que o edifício sede do INCRA em São Paulo, tem mais de 30 anos de uso, necessário se faz reparos e obras, destacando a parte hidráulica entre outras, pois toda a tubulação existente é de ferro, precisa ser

substituída por tubulação de PVC, entretanto por falta de recursos disponíveis não conseguimos executar tais obras.

Como esta UJ é uma unidade de execução, as transferências são efetuadas pela UO – Unidade Orçamentária -INCRA Sede/Brasília, de acordo com o caderno de metas desta UJ, sendo a execução física depende da descentralização dos recursos financeiros, que não ocorre de acordo com a programação orçamentária, em razão da vinculação com STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação:

Finalidade:

Descrição:

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	Não há	0	0	0	0

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
145.830,92	145.830,92	145.830,92	100 %	86.772,95	59,50 %	86.772,95	59,50 %

Fonte:

Não há meta física pois a ação de informática tem sua coordenação no INCRA-SEDE.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	4920101352272			14.346,07
			4920100890181	2.528,09		
			4920101372272			1.009.059,91
			4920107502000	10.846,64		1.719.905,99
			4920113502272			22.212,02
			4920114272272			66.988,13
			4920101382105			97.677,67
			4920107502003			21.737,92
			4920101384426			130.000,00
			4920113361642			9.386,59
			4920101394572			32.138,53
			4920111204284			1.983,00
			4920113508370			1.314.500,00
			4920113504474			135.900,00
			4920114274470			18.135.073,21
			4920101358374			478.691,52
			4920101358384			156.134,07
			4920101358387			618.403,41
			4920101372B06			1.294.033,15
			4920101378398			5.389.297,58
			4920111202109			59.099,04
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos		4920107502000	64.849,00		
			4920107502003	124.093,00		
			4920101354460		1.672.164,56	
			4920101370427		26.186.480,73	

			4920101372B06	6.000.000,00		
			4920101378396	15.635.526,10		
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	1.231.490,72	556.400,30	1.231.490,72	556.400,30
Concorrência				
Pregão	6.583.335,49	15.527.026,96	6.583.335,49	15.527.026,96
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	19.397.288,46	19.725.775,82	19.397.288,46	19.725.775,82
Inexigibilidade	1.460.405,90	799.980,80	1.460.405,90	799.980,80
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	57.717,44	24.651,03	57.717,44	24.651,03
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha		13.374,73		13.374,73
Diárias	524.287,37	691.180,84	524.287,37	691.180,84
Outros	62.556.997,99	43.793.686,22	62.556.997,99	43.793.686,22

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	6.706,17	13.374,73	0,00	13.374,73	0,00	0,00	0,00	1.405,85
1º elemento de despesa - 08	6.706,17	13.374,73	0,00	13.374,73	0,00	0,00	0,00	1.405,85
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	47.852.297,50	30.731.033,01	47.852.297,50	17.448.590,08	93.309,59	13.282.442,93	35.579.631,92	5.997.785,04
1º elemento de despesa - 41	28.052.054,62	13.082.814,16	28.052.054,62	8.072.901,00	0,00	5.009.913,16	18.802.894,18	0,00
2º elemento de despesa - 39	17.245.233,10	13.557.303,73	17.245.233,10	7.093.126,90	64.086,60	6.464.176,83	14.636.507,81	1.924.317,83
3º elemento de despesa - 37	961.347,78	678.629,43	961.347,78	584.392,00	25.880,84	94.237,43	728.924,11	576.492,44
Demais elementos do grupo	1.593.662,00	3.412.285,69	1.593.662,00	1.698.170,18	3.342,15	1.714.115,51	1.411.305,82	3.496.974,77

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	24.404.647,09	19.128.584,81	24.404.647,09	5.736.179,59	0,00	17.462.489,77	9.797.192,80	5.736.179,59
1º elemento de despesa	18.697.081,02		18.697.081,02			16.357.396,77	8.838.298,27	
2º elemento de despesa	2.868.690,16		2.868.690,16			0,00	0,00	
3º elemento de despesa	2.259.220,91		2.259.220,91			0,00	714.014,53	
Demais elementos do grupo	579.655,00		579.655,00			1.105.093,00	244.880,00	
5 - Inversões Financeiras	19.023.585,24	21.060.267,92	19.023.585,24	11.980.980,95	0,00	598.248,19	17.312.572,44	11.980.980,95
1º elemento de despesa	16.325.980,00		16.325.979,30			117.000,00	14.614.979,30	

2º elemento de despesa	2.697.774,87		2.697.605,94			481.248,19	2.697.593,14	
3º elemento de despesa	0,00		0,00			0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00		0,00			0,00	0,00	
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	164.354,60	176.234,23	205.177,97
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	464.883,03	524.287,37	691.180,84
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade Legal	369.573,93	384.487,54	69.995,57
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	742.462,29	781.927,65	496.856,71
3.3. Tecnologia da informação	51.011,00	52.168,00	37.503,80
3.4. Outras Terceirizações	175.222,60	179.420,13	181.772,72
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	104.170,39	57.717,44	24.651,03
TOTAIS	2.071.677,84	2.156.242,36	1.707.138,64

Fonte: SIAFI

As despesas realizadas por meio de suprimentos de fundos, são pagas através do cartão corporativo. O aumento no item diárias e ressarcimento ocorreu em função do reajuste e equiparação dos níveis funcionais dos servidores. Apesar disso conseguimos diminuir os gastos anuais devido a uma melhor programação bem como controle de custos nos outros gastos.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	107	119	
Próprios	107	119	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	02	02	
Estatutários	02	02	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	33	33	
Total	142	154	

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/09 e extração SIAPE março/10.

Observações:

- 1)Lotação Efetiva: Total de servidores excluídos os cedidos e afastados;
- 2)Lotação Autorizada: Total de servidores incluindo os cedidos e afastados;
- 3)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação ideal.

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	128	2.161.015,54	222.085,46	3.938.753,52	194.968,47	600,58
2008	129	3.034.582,38	260.390,87	4.440.651,97	321.288,46	1.144,09
2009	119	4.248.265,17	249.057,63	2.703.384,75	382.569,48	2.695,63
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	3		118.561,66			
2008	3		140.449,08			
2009	2		133.773,72			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	22	742.462,29	09	175.222,60			16	45.167,56
2008	24	781.927,65	09	179.420,13			06	30.223,55
2009	24	496.856,71	09	181.772,72			11	50.457,03

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	18.000/2005	BK Consultorias e Serviços LTDA – CNPJ 03.022.122/0001-77	01/09/2005	31/08/2010	07	07	02	02	P
O	000019/2008	Katel Comércio e Assessoria em Telefonia LTDA – CNPJ 56.828.320/0001-99	17/03/2009	13/03/2010	02	02			P
O	30.000/2009	Profession Al Clean de Serviços de Asseio, Conservação LTDA – CNPJ 08.279.353/0001-84	03/08/2009	02/08/2010	15	15			A
O	40.000/2005	Suporte Serviços de Segurança LTDA – CNPJ 67.803.726/0001-33	06/05/2005	05/05/2010	03	03			P
O	000011/2008	Suporte Serviços de Segurança LTDA – CNPJ 67.803.726/0001-33	03/09/2008	02/09/2010	04	04			P
O	11.000/2009	Elaine Cristina Gonçalves Tarifa ME – CNPJ 08.933.526/0001-36	02/02/2009	01/02/2011	02	02			P
Observação:									

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Não se aplica nesta UJ, gerenciado pelo INCRA-SEDE.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Com relação ao recurso humano, o INCRA-SP contou com 109 servidores, dentre ocupantes de cargos efetivos, requisitados, nomeados para o exercício de cargos em comissão, vinculados à Procuradoria Geral Federal e em exercício no INCRA (Procuradores Federais), distribuídos entre a Sede e a Unidade Avançada.

Com este quadro fica evidente que é insuficiente o número de profissionais habilitados lotados na Superintendência Regional e na Unidade Avançada, para atender as crescentes demandas de trabalho apresentadas em todas as divisões e programas de competência desta UJ, seja nas ações de obtenção, ordenamento fundiário, desenvolvimento de assentamentos e até mesmo nos trabalhos administrativos percebe-se um quadro reduzido de servidores na ativa.

Até mesmo com a realização de concursos públicos em 2004 e 2006 não foi possível reduzir o passivo no que compete à mão-de-obra qualificada, uma vez que muitos funcionários que ingressaram neste período já pediram dispensa do órgão. Somando-se a isso, a cada ano, um número de funcionários inicia a aposentadoria, reduzindo ainda mais a capacidade operacional da autarquia.

Com isso, entendemos que para atingir metas com qualidade e eficiência, faz-se necessário a contratação de novos servidores para a composição de quadro funcional desta autarquia.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
373066		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL					

Fonte: SIAFI

Não houve ocorrências no período.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	12,80	0,00	0,00	12,80
2007	7.339,05	0,00	0,00	7.339,05
2009	0,00		0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	28.591.119,87	9.446,89	28.270.427,67	311.245,31
2007	25.420.156,18	25.331.743,99	5.889,68	82.522,51
2009	31.343.180,89	0,00	0,00	31.343.180,89
Observações:				

Fonte: SIAFI

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária									
UG / CNPJ		Denominação							
00.375.972/0010-51		Superintendência Regional do Incra em São Paulo.							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
01	562429	50786714000145	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	07/07/2006	31/12/2009	0
01	595111	43542513000137	300.000.00	0,00	300.000,00	0,00	07/11/2007	31/12/2009	0

01	596421	44428506000171	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	04/12/2007	31/12/2009	0
01	596473	44428506000171	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	04/12/2007	30/06/2009	0
01	602904	02231937000101	226.616,25	0,00	226.616,25	0,00	01/03/2009	31/12/2009	0
01	609178	01989828000187	238.000,00	0,00	238.000,00	0,00	02/01/2008	31/12/2009	0
01	597770	44428506000171	76.983,14	0,00	76.983,14	0,00	13/12/2007	30/10/2009	0
01	599208	05490237000111	140.750,00	0,00	140.750,00	0,00	20/12/2007	30/09/2008	0
01	490806	46643466000106	265.242,05	25.523,05	239.719,05	0,00	30/12/2003	30/04/2004	0
01	517710	55755060000106	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	14/12/2004	14/02/2005	0
01	527782	55293427000117	324.000,00	54.000,00	270.000,00	0,00	10/11/2005	28/02/2007	0
01	529514	44428506000171	36.000,00	6.000,00	30.000,00	0,00	25/11/2005	28/04/2007	0
01	528675	44937365000112	114.948,00	3.348,00	111.600,00	0,00	04/11/2005	01/10/2007	0
01	530828	44935278000126	311.951,95	105.540,95	206.411,00	0,00	01/12/2005	22/07/2007	0
01	535441	44951515000142	103.000,00	3.000,00	100.000,00	0,00	26/12/2005	30/11/2006	0
01	530819	44918928000125	218.442,73	15.492,73	202.950,00	0,00	30/11/2005	30/09/2006	0
01	530825	46187506000152	216.077,00	37.577,00	178.500,00	0,00	01/12/2005	30/08/2006	0
01	530822	52381720000148	123.212,82	10.000,00	113.212,82	0,00	30/11/2005	30/08/2006	0
01	537172	44239770000167	315.000,00	15.000,00	300.000,00	0,00	27/12/2005	25/11/2007	0

01	523523	45663556000104	45.727,61	1.371,83	44.355,78	0,00	10/06/2005	10/10/2005	5
01	535029	61585220000119	9.646.835,98	0,00	9.646.835,98	0,00	23/12/2005	31/12/2007	0
01	523606	46634085000160	114.905,88	5.000,00	109.905,88	0,00	16/06/2005	30/06/2006	0
01	523521	44937365000112	101.795,00	1.795,00	100.000,00	0,00	10/06/2005	28/08/2005	0
01	524257	55293427000117	60.083,17	10.083,17	50.000,00	0,00	16/07/2005	16/04/2007	0
01	598132	44428506000171	87.150,00	4.150,00	83.000,00	0,00	30/06/2006	30/10/2009	0
01	576617	51104552000180	18.900,00	900,00	18.000,00	0,00	19/12/2006	30/06/2007	0
01	595114	02921528000129	76.500,00	0,00	76.500,00	0,00	07/11/2007	31/12/2007	0
01	594395	04108463000122	213.000,00	0,00	213.000,00	0,00	17/10/2007	30/04/2008	0
01	595102	04455745000104	75.000,00	0,00	75.000,00	0,00	07/11/2007	30/09/2008	0
01	595113	04455745000104	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	07/11/2007	31/03/2008	0
01	595112	43542513000137	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	07/11/2007	31/07/2008	0
01	595097	04455745000104	445.000,00	0,00	445.000,00	0,00	07/11/2007	31/05/2008	0
01	595790	44446904000110	132.414,61	24.011,00	108.403,61	0,00	27/11/2007	31/12/2008	0
01	595171	04455745000104	21.500,00	0,00	21.500,00	0,00	12/11/2007	20/02/2008	0
01	595167	09142443000191	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	12/11/2007	31/01/2008	0
01	595786	44428506000171	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	27/11/2007	30/09/2009	0

01	595791	44428506000171	79.990,04	0,00	79.990,04	0,00	27/11/2007	30/09/2009	0
01	597783	44446904000110	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	12/12/2007	31/12/2008	0
01	600697	02921528000129	61.702,00	0,00	61.702,00	0,00	26/12/2007	30/08/2008	0
01	598020	02921528000129	67.156,00	0,00	67.156,00	0,00	19/12/2007	30/08/2008	0
01	597766	44937365000112	29.050,00	0,00	29.050,00	0,00	13/12/2007	31/03/2008	0
01	600758	07899004000100	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	26/12/2007	31/03/2008	5
01	602900	09244114000151	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	03/01/2008	30/06/2008	0
01	596418	05490237000111	22.642,21	0,00	22.642,21	0,00	04/12/2007	30/11/2008	0
01	597768	44937365000112	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	13/12/2007	30/03/2009	0
01	623716	07876282000134	254.483,00	8.528,00	245.955,00	0,00	09/05/2008	30/09/2008	2
01	521334	03598715000186	985.730,00	108.630,00	877.100,00	0,00	31/12/2004	31/12/2007	0
01	591351	02260443000147	128.700,00	0,00	128.700,00	0,00	07/05/2007	31/12/2008	0
01	595110	50555622000154	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	07/11/2007	30/11/2008	0
01	535459	50786714000145	2.840.200,00	0,00	2.840.200,00	0,00	13/12/2005	31/12/2009	0
01	580188	04108463000122	68.500,00	0,00	68.500,00	0,00	21/01/2007	28/02/2008	0
01	595095	04455745000104	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	07/11/2007	30/09/2008	0
01	596417	04728464000170	31.535,38	0,00	31.535,38	0,00	04/12/2007	30/08/2008	0

01	598026	04728464000170	45.992,82	0,00	45.992,82	0,00	19/12/2007	30/07/2008	0
01	620660	07464521000149	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	29/02/2008	30/12/2008	0
01	527791	44951515000142	182.125,60	4.397,38	106.636,93	0,00	11/11/2005	30/04/2007	0
01	535315	61705380000154	420.000,00	0,00	375.863,00	0,00	26/12/2005	31/12/2007	0
01	523065	62469952000106	374.000,00	0,00	344.000,00	0,00	22/04/2005	31/12/2008	0
01	535603	46634358000177	950.869,68	150.869,68	600.000,00	600.000,00	26/12/2005	30/09/2008	0
01	523246	04108463000122	335.000,00	0,00	335.000,00	0,00	25/05/2005	31/12/2008	0
01	639956	44558856000152	203.945,17	2.039,45	0,00	0,00	30/12/2008	08/09/2009	5
01	526466	50786714000145	834.000,00	0,00	834.000,00	0,00	30/09/2005	31/12/2009	0
01	590962	08505600000113	182.000,00	0,00	182.000,00	0,00	16/04/2007	31/12/2007	0
01	593975	07879881000101	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	05/10/2007	31/01/2008	2
01	570636	55557961000193	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	18/10/2006	30/08/2007	0
01	527785	67664524000158	120.000,00	0,00	60.000,00	0,00	09/11/2005	30/06/2006	5
01	576915	44430221000175	105.000,00	5.000,00	100.000,00	0,00	30/06/2006	30/08/2007	5
01	594608	44430221000175	294.900,00	0,00	294.900,00	0,00	29/10/2007	30/04/2008	5
01	596540	09142443000191	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	06/12/2007	30/04/2008	5
01	622459	43969732000105	33.522,22	0,00	33.522,22	0,00	04/04/2008	30/07/2008	5

01	624390	02921528000129	29.000,00	0,00	29.000,00	0,00	28/05/2008	15/06/2008	5
01	599206	45374717000131	22.642,21	0,00	22.642,21	0,00	20/12/2007	30/06/2008	5
01	595168	08891900000188	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	12/11/2007	20/02/2008	5
01	522738	50786714000145	10.332.918,00	0,00	9.820.905,59	0,00	14/04/2005	30/06/2008	5
01	594568	73439325000149	48.000,00	0,00	48.000,00	0,00	26/10/2007	30/04/2008	5
01	725694	00435989000166	125.315,00	1.300,00	0,00	0,00	31/12/2009	30/12/2010	0
01	708287	04108463000122	500.000,00	0,00	0,00	250.000,00	31/12/2009	30/12/2010	0
01	724545	04455745000104	619.734,00	9.870,00	0,00	0,00	31.12.2009	04.01.2011	0
01	725207	05828509000140	97.500,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2009	17/12/2010	0
01	701213	44937365000112	200.000,00	6.000,00	0,00	194.000,00	15/12/2008	31/07/2009	0
01	701215	44937365000112	100.560,00	3.016,80	0,00	97.543,20	15/12/2008	28/02/2009	0
01	701368	44937365000112	316.980,75	9.509,42	307.471,33	0,00	16/12/2008	31/07/2009	0
01	705523	45511847000179	1.050.000,00	50.000,00	0,00	0,00	02/10/2009	30/11/2010	0

01	724300	45663556000104	800.000,00	600.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	30/10/2010	0
01	725028	48664296000171	406.000,00	6.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	0

Fonte: SIAFI e SICONV

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

9. Renúncias tributárias

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

O INCRA é fiscalizado por uma Auditoria Interna – AUD, ligada ao Conselho Diretor, em que uma de suas funções é elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas. No final de cada exercício, a AUD elabora um calendário de visitas (exames) às Superintendências Regionais, sendo que para o exercício de 2009, estava prevista uma visita à SR (08), que não se efetivou devido a dificuldades da própria AUD. Portanto, para este item, não possuímos informações a serem prestadas por tal motivo.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Acórdão nº 4067/2009 – TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Raimundo Pires Silva e Guilherme Cyrino Carvalho, dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas; e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.871/2008-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Agnaldo Aparecido de Jesus (021.501.988-19); Evans Coelho de Carvalho (155.639.848-42); Guilherme Cyrino Carvalho (210.515.198-10); Maria Isabel Alves Domingos Silveira (997.480.708-59); Maria Lucia Felício Costa (033.439.778-29); Raimundo Pires Silva (022.766.778-64); e Wanderley de Oliveira Brito (008.419.168-61).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional no Estado de São Paulo – INCRA/SP – MDA.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria da Controle Externo – SP (Secex – SP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações:

à Superintendência Regional do INCRA/SP que:

quando da realização de licitação:

proceda, nos casos de dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório;

faça constar dos processos administrativos a descrição dos fatos que comprovem a inviabilidade da realização do pregão na forma eletrônica, evitando a opção pelo pregão

presencial de forma discricionária, nos termos do § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450/2005;

faça constar dos processos administrativos os comprovantes de entrega da carta-convite a no mínimo três fornecedores com atuação na área do objeto licitado e, em caso de inexistência de três propostas válidas, promova a realização de novo certame;

ao celebrar convênios:

promova o efetivo acompanhamento e fiscalização de sua execução, designando profissional tecnicamente capacitado a fiscalizar os projetos, nos termos do art. 23 da IN/STN 01/97 e da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, arts. 51 a 54;

junte documentação técnica, ao realizar aditivos financeiros, que justifique a necessidade de revisão do plano de trabalho, resultando na ampliação do objeto, na revisão dos custos previstos inicialmente ou em outra causa pertinente, nos termos do art. 4º da IN/STN/ 01/97 e dos arts. 37 e 38 da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.

Dados da Sessão:

Ata nº 27/2009 - 2ª Câmara

Data: 11/8/2009 – Extraordinária

Relator: Auditor ANDRÉ LUIS DE CARVALHO

Presidente: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público: Procuradora CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

TCU, em 11 de agosto de 2009.

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada: INCRA					
Denominação completa:					Código SIORG:
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					4033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-018.871/2008-1	4067/2009	1.1	DE	Ata nº 27/2009 - 2ª Câmara
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional no Estado de São Paulo					4033
Descrição da Deliberação:					
Vide texto acima itens 1.5.1.1 a 1.5.1.2					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
- Divisão Administrativa (DE 1.5.1.1)					4033
- Divisão de Desenvolvimento (DE 1.5.1.2)					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					

Em relação ao DE 1.5.1.1, desde a ciência do acórdão, a UJ adota as determinações do TCU referente às licitações;
Em relação ao DE 1.5.1.2, desde a ciência do acórdão, a UJ adota as determinações do TCU referente aos convênios;
Síntese dos resultados obtidos
Aprimoramento da gestão no que refere-se a administração de licitações e convênios.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O fator que prejudica esta ação é a quantidade de funcionários que não é suficiente nesta UJ.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Foram cadastrados junto ao SISAC, 07 (sete) servidores com atos de concessão de aposentadoria e 01 (um) servidor com ato de pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaramos que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmadas estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Setor de Licitações

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Como unidade de execução esta UJ depende das diretrizes e estratégias da UO, que nem sempre acompanha a metodologia aplicada nas unidades, fator este que limita a aplicação das políticas públicas em alguns momentos. Observamos também que não é considerada a regionalização das UJ(s), visto que na execução de uma mesma ação existem fatores, como os custos, que variam conforme a região. Entendemos também que para atingir metas com qualidade e eficiência, faz-se necessário a contratação de novos servidores para a composição de quadro funcional desta autarquia. Atualmente o INCRA-SP conta com 109 servidores, dentre ocupantes de cargos efetivos, requisitados, nomeados para o exercício de cargos em comissão, vinculados à Procuradoria Geral Federal e em exercício no INCRA (Procuradores Federais), distribuídos entre a Sede e a Unidade Avançada. Com este quadro fica evidente que é insuficiente o número de profissionais para atender as crescentes demandas de trabalho apresentadas em todas as divisões e programas de competência desta UJ, seja nas ações de obtenção, ordenamento fundiário, desenvolvimento de assentamentos e até mesmo nos trabalhos administrativos.

15. Informações Contábeis da Gestão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373064/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SÃO PAULO-INCRA/SR-08
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 28/01/2010	PAGINA 1

INGRESSOS			DESPENDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	11.004.939,63	994.469,67	DESPESAS CORRENTES	30.744.407,74	47.859.003,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.004.939,63	994.469,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.374,73	6.708,17
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	48.232.250,39	74.940.892,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.667.033,01	47.462.605,96
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	46.134.048,14	74.940.892,58	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	243.000,00	270.000,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	46.134.048,14	74.940.892,58	OUTRAS DESPESAS	30.414.033,01	47.192.605,96
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	46.134.048,14	74.940.892,58	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	74.000,00	389.687,54
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.098.211,25	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.000,00	389.687,54
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	3.098.211,25	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	40.683.113,39	43.428.232,33
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	3.098.211,25	0,00	INVESTIMENTOS	21.624.468,10	24.404.647,09
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	142.385.505,77	130.658.177,42	INVERSÕES FINANCEIRAS	27.858.645,29	19.023.585,24
VALORES EM CIRCULAÇÃO	54.019.325,97	41.976.233,01	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	11.058.562,14	994.469,67
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	54.019.325,97	41.976.233,01	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.058.562,14	994.469,67
DEPÓSITOS	0,70	0,00	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	63.622,51	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,70	0,00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	63.622,51	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	57.085.492,69	54.019.202,27	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	11.004.939,63	994.469,67
FORNECEDORES	2.351,85	2.351,85	DESPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	111.126.885,62	122.612.834,00
DO EXERCÍCIO	0,00	12,80	VALORES EM CIRCULAÇÃO	31.744.289,71	54.019.325,97
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.351,85	2.339,05	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	31.744.289,71	54.019.325,97
RESTOS A PAGAR	57.078.139,50	54.011.276,05	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	54.019.202,27	41.976.109,31
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	31.736.948,71	54.011.276,05	FORNECEDORES	2.351,85	2.339,05
CANCELADO	25.341.190,88	0,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.351,85	2.339,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	5.000,00	5.000,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	54.011.276,05	41.297.637,75
EM CONTRATOS	5.000,00	5.000,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	5.000,00	685.280,00
VALORES EM TRANSITO	1,25	674,37	EM CONTRATOS	5.000,00	685.280,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	31.280.750,41	42.863.742,14	VALORES EM TRANSITO	974,37	10.762,24
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	31.280.750,41	42.863.742,14	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	1.894,66
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	31.280.750,41	42.863.742,14	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	25.363.193,54	26.517.398,72
			BAIXA DE DIREITOS	25.363.193,54	26.517.398,72
			CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	25.363.193,54	26.517.398,72
INGRESSOS	202.622.768,79	214.794.539,87	DESPENDIOS	202.622.768,79	214.794.539,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES
SUBSTITUTO	373056/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRAS/GR-08		2009		DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSÃO		PÁGINA
			29/01/2010		1
ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	31.744.289,71	54.019.325,97	PASSIVO FINANCEIRO	31.744.302,51	54.019.202,27
CREDITOS EM CIRCULACAO	31.744.289,71	54.019.325,97	DEPOSITOS	0,70	0,00
LIMITE DE SAQUE C/INC. DE PAGAMENTO	463.539,30	11.155.583,83	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,70	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	31.280.750,41	42.863.742,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	31.744.301,81	54.019.202,27
ATIVO NAO FINANCEIRO	913.055.480,34	883.497.215,27	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.351,85	2.351,85
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	41.573.768,34	29.816.569,05	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	12,80
CREDITOS EM CIRCULACAO	-30.428.963,01	-42.261.909,79	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	2.351,85	2.339,05
RECURSOS A RECEBER P/ PAGTO DE RP-RETIFIC	-31.280.750,41	-42.863.742,14	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	31.735.948,71	54.011.276,05
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2.772,87	2.772,87	A LIQUIDAR	31.735.948,71	54.011.276,05
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	849.014,53	599.059,48	CREDORES DIVERSOS	5.000,00	5.000,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	72.002.731,95	72.078.478,84	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1,25	574,37
ESTOQUES	56.893,49	132.640,38	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-31.735.948,71	-54.011.276,05
TITULOS E VALORES	71.945.838,46	71.945.838,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-31.735.948,71	-54.011.276,05
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	816.659.978,18	788.879.497,45	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-31.735.948,71	-54.011.276,05
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	360,10	360,10	PASSIVO REAL	7.353,80	7.926,22
DEPOSITOS COMPULSORIOS	360,10	360,10	PATRIMONIO LIQUIDO	944.802.416,25	937.508.615,02
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	816.659.618,08	788.879.137,35	PATRIMONIO CAPITAL	937.505.400,46	857.667.687,20
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	159.950.220,70	132.205.739,97	PATRIMONIO	937.505.400,46	857.667.687,20
CREDITOS A RECEBER	656.659.397,38	656.659.397,38	RESERVAS	2.214,56	2.214,56
PERMANENTE	54.831.733,22	64.801.148,77	RESULTADO DO PERIODO	7.293.801,23	79.838.713,26
IMOBILIZADO	54.828.380,33	64.797.796,88	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	944.809.770,05	937.516.541,24
BENS MOVEIS E IMOVEIS	54.828.380,33	64.797.796,88	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-937.515.968,82	-857.677.827,98
INTANGIVEL	3.352,89	3.352,89			
ATIVO REAL	944.809.770,05	937.516.541,24			
ATIVO COMPENSADO	208.341.465,52	159.305.087,68	PASSIVO COMPENSADO	208.341.465,52	159.305.087,68
COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	208.341.465,52	159.305.087,68	COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	208.341.465,52	159.305.087,68
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	0,00	44,95	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	0,00	44,95
DIREITOS E OBRIGAÇOES CONVENIADOS	179.491.130,48	159.201.653,14	DIREITOS E OBRIGAÇOES CONVENIADOS	179.491.130,48	159.201.653,14
DIREITOS E OBRIGAÇOES CONTRATUAIS	2.881.161,11	1.584,00	DIREITOS E OBRIGAÇOES CONTRATADAS	2.881.161,11	1.584,00
OUTRAS COMPENSAÇOES	25.959.173,93	101.805,59	COMPENSAÇOES DIVERSAS	25.959.173,93	101.805,59
ATIVO	1.153.151.235,57	1.096.821.628,92	PASSIVO	1.153.151.235,57	1.096.821.628,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2009	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SÃO PAULO-INCRA/SR-08	EMISSÃO	29/01/2010	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	45000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	120.588.248,68	131.895.410,34	ORÇAMENTARIAS	80.452.148,28	91.344.507,49
RECEITAS CORRENTES	11.004.939,63	994.469,67	DESPESAS CORRENTES	30.744.407,74	47.859.003,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.004.939,63	994.469,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.374,73	6.705,17
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	46.134.048,14	74.940.892,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.657.033,01	47.462.609,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	46.134.048,14	74.940.892,58	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	74.000,00	389.687,54
SUB-REPASSE RECEBIDO	46.134.048,14	74.940.892,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.000,00	389.687,54
MUTACÕES ATIVAS	63.449.260,91	55.960.048,09	DESPESAS DE CAPITAL	49.683.113,39	43.428.232,33
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	32.106.080,02	27.368.928,22	INVESTIMENTOS	21.824.468,10	24.404.647,09
AQUISIÇÕES DE BENS	5.761.971,14	12.097.217,95	INVERSOES FINANCEIRAS	27.858.645,29	19.023.585,24
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	26.344.108,88	15.271.710,27	MUTACÕES PASSIVAS	24.628,15	57.671,49
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31.343.180,89	28.591.119,87	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	24.628,15	57.671,49
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	114.655.771,61	224.943.221,01	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	24.628,15	57.671,49
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.246.541,25	72.484.311,86	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	147.498.069,78	185.655.010,60
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	148.430,00	72.484.311,86	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	11.068.562,14	994.469,67
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.098.211,25	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	63.622,51	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	111.409.130,36	152.458.909,15	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	11.004.939,63	994.469,67
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	86.067.939,48	149.458.909,15	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	136.429.507,64	184.660.540,93
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	9.864.082,75	10.125.636,78	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	82.669.006,11	165.712.865,57
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	329.572,74	551.148,60	BAIXA DE BENS IMOVEIS	25.851.747,05	0,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	75.874.283,99	138.782.123,77	BAIXA DE BENS MOVEIS	154.478,72	554.343,08
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	0,00	3.000.000,00	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	0,00	95.775.774,27
REAVALIACOES DE BENS	0,00	3.000.000,00	BAIXA DE DIREITOS	56.662.780,34	69.382.748,22
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	25.341.150,88	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	53.617.508,23	15.877.481,57
DEFICIT			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	142.993,30	3.070.193,79
			AJUSTES NÃO FINANCEIROS	142.993,30	3.070.193,79
			RESULTADO PATRIMONIAL	7.293.801,23	79.838.713,26
			SUPERÁVIT	7.293.801,23	79.838.713,26
VARIAÇÕES ATIVAS	235.244.020,29	356.838.631,35	VARIAÇÕES PASSIVAS	235.244.020,29	356.838.631,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SÃO PAULO - HNCR/ISR-08
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 29/01/2010	PÁGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	80.402.620,51	-80.402.620,51
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	30.719.507,12	-30.719.507,12
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	13.374,73	-13.374,73
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	30.706.132,39	-30.706.132,39
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	49.683.113,39	-49.683.113,39
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	21.824.468,10	-21.824.468,10
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	27.858.645,29	-27.858.645,29
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	80.402.620,51	-80.402.620,51



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS							EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08								
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO							EMISSAO 29/01/2010	PAGINA 2
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA SUB-REPASSE	80.427.956,55	80.427.956,55	46.134.048,14	34.293.908,41	MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	80.427.956,55	24.900,62	80.403.055,93
					DESPESAS CORRENTES	0,00	30.744.843,16	24.900,62	30.719.942,64
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	13.374,73	0,00	13.374,73
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	30.731.468,43	24.900,62	30.706.967,81
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	49.683.113,39	0,00	49.683.113,39
					INVESTIMENTOS	0,00	21.824.468,10	0,00	21.824.468,10
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	27.858.645,29	0,00	27.858.645,29
SUBTOTAL II	80.427.956,55	80.427.956,55	46.134.048,14	34.293.908,41	SUBTOTAL II	0,00	80.427.956,55	24.900,62	80.403.055,93
TOTAL	80.427.956,55	80.427.956,55	46.134.048,14	34.293.908,41	TOTAL	0,00	80.427.956,55	80.427.521,13	435,42
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	34.293.472,99	-34.293.472,99	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	80.427.956,55	80.427.956,55	80.427.521,13	435,42	TOTAL GERAL	0,00	80.427.956,55	80.427.521,13	435,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SÃO PAULO-IN CRA/SR-08
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 29/01/2010	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-31.744.289,71	-54.019.325,97
			CREDITOS A RECEBER	-31.744.289,71	-54.019.325,97
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-31.744.289,71	-54.019.325,97
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-463.539,30	-11.155.583,83
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-31.280.750,41	-42.863.742,14
			DEPOSITOS	0,70	0,00
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,70	0,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	31.744.301,81	54.019.202,27
			OBRIGACOES A PAGAR	31.739.300,56	54.013.627,90
			FORNECEDORES	2.351,85	2.351,85
			DO EXERCICIO	0,00	12,80
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.351,85	2.339,05
			RESTOS A PAGAR	31.735.948,71	54.011.275,05
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	31.735.948,71	54.011.275,05
			CREDORES DIVERSOS	5.000,00	5.000,00
			OUTROS CREDORES	5.000,00	5.000,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1,25	574,37
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	1,25	574,37
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-12,80	123,70
			DISPONIBILIDADES PIFONTE DE RECURSOS	-31.280.763,21	-42.863.618,44
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	31.280.750,41	42.863.742,14
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	31.280.750,41	42.863.742,14
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	373056/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRAS/GR-08	2009	DEZ(FECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSION	PAGINA
		29/01/2010	1

TITULOS	2009	2008
RECEITAS ORÇAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	11.004.939,63	994.469,67
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	11.004.939,63	994.469,67
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	11.004.939,63	994.469,67
DESPESAS ORÇAMENTARIAS		
PREVIDENCIA SOCIAL	2.528,09	6.705,17
ORGANIZACAO AGRARIA	80.424.993,04	28.591.119,87
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	80.427.521,13	91.287.235,00
RESULTADO ORÇAMENTARIO	-69.422.581,50	-90.292.765,33
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	46.134.048,14	74.940.892,58
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	46.134.048,14	74.940.892,58
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	63.449.260,91	55.960.048,09
INCORPORACAO DE ATIVOS	32.106.080,02	27.368.928,22
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	31.343.180,89	28.591.119,87
(-) MUTACOES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	24.628,15	57.671,49
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	24.628,15	57.671,49
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	40.136.099,40	40.550.502,85
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	40.136.099,40	40.550.502,85
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	3.246.641,25	72.484.311,86
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	148.430,00	72.484.311,86
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.098.211,25	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	111.409.130,36	152.458.909,15
INCORPORACAO DE ATIVOS	86.067.939,48	149.458.909,15
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	25.341.190,88	0,00
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	3.000.000,00
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	11.068.562,14	994.469,67
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	63.622,51	0,00
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	11.004.939,63	994.469,67
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS	136.429.507,64	184.660.540,93
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	82.669.005,11	165.712.865,57
INCORPORACAO DE PASSIVOS	53.617.508,23	15.877.481,57
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	142.993,30	3.070.193,79
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	7.293.801,23	79.838.713,26

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</u>	88,3%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	62,11 %
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização</u>	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	-----

	45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					<u>fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	
--	--	--	--	--	--	---	---	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	R\$ 865,64/ha
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	6.500 %

Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	42,01
							• Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]</u>	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].</u>	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	59,99

Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR - Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	68,22
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	- Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. - Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra	105,42%
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	113%

							• Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	1074
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	100

Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Justificativa da ausência de índice ²⁴
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	6,92
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	-----
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								

²⁴ Este índice depende dos resultados da pesquisa “Qualidade de vida, Produção e Renda dos Assentamentos”, que apenas neste exercício foi autorizado pelo INCRA-SEDE.

<u>Índice de consolidação de assentamentos</u> 16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	-----
---	--	----------------------------------	-----------	---------------	-------------	---	---	-------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	156,07
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	3,62 horas/aulas por servidor

Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	18,84
----------------------------------	--	-----------------------------------	-----------	---------------	-------------	--	------------------	--------------

Tais índices serão comentados no próximo item, em cada programa/ação relacionado.

17. Comentários aos resultados dos indicadores

17.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

a) Índice de Cadastramento de imóveis Rurais

Imóveis Cadastrados (há)	Total áreas no Estado (há)	Percentual
		%
21.906.997,18 ha	24.820.944,20 ha	88,3%

O Índice de Cadastramento de imóveis rurais atingiu 88,3% Uma das ações desenvolvidas no âmbito da ação no exercício foi a capacitação e atualização para viabilizar a emissão Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR via web. Houve treinamento com todas as Unidades Municipais de Cadastramento (UMC) referente ao novo manual de cadastro de imóveis rurais. Além disso, o INCRA buscou firmar novos Termos de Cooperação com prefeituras para viabilizar novas unidades de atendimento. Em 2009 foram firmados 82 novos Termos de Cooperação. Com isso o Estado, atualmente, conta com 212 termos vigentes com 170 unidades informatizadas que mantêm o serviço de atualização, emissão e inclusão de cadastro rural.

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis

Número de processos com análise de certificação finalizada	Número de processos de certificação protocolados	Percentual
		%
1518	2444	62,11

Com o advento da Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foram criados mecanismos de controle e cadastro nos serviços de registro de imóveis rurais. Em especial, os serviços de registro de imóveis sofreram alterações, incluindo o georreferenciamento e o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro Rural como elementos fundamentais de referência no registro desses

imóveis. Assim, o gerenciamento da estrutura fundiária existente, a perfeita delimitação e identificação das dimensões, da disposição física e localização dos imóveis passa a contar com níveis cada vez melhores de precisão e clareza nas referências utilizadas.

Assim, assegurar a qualidade e a conformidade técnica nos serviços de cadastramento de imóveis rurais tem sido uma meta social e institucional, principalmente agora, em que esta nova legislação possibilita compor uma base única de informações a ser compartilhadas por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural do país.

A Superintendência Regional de São Paulo, visando atender às exigências do Decreto 4449/02 que regulamentou a Lei nº 10.267/01, em seu artigo 8º, relativo aos custos financeiros de que tratam o §3º do Artigo 176 e o §3º do Artigo 225 da Lei nº 6.015/73 elaborou um Programa para o georreferenciamento e a certificação de imóveis dos proprietários rurais do Estado de São Paulo. No exercício de 2009 foram certificados 1.518 imóveis rurais dos 2.444 protocolados, sendo possível atender a 62,11% da demanda de serviços.

c) Índice de regularização fundiária

Número de imóveis regularizados e titulados	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado	Percentual
		%
-	23	-

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2009. Com isso, nenhum processo em andamento (23) foi titulado. As áreas em questão, em processo de regularização fundiária, se encontram dentro no Núcleo Colonial Monção, cuja Ação Reivindicatória ainda não foi decidida pelo Judiciário. Assim, a área ainda não está em posse do INCRA e não foi possível realizar o georreferenciamento, condições indispensáveis a emissão de títulos.

17.3 Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento

a) Índice de gastos com Obtenção de Terras

Liquidado	Realizado	Custo de Obtenção por ha
R\$	Hectare	R\$
1.190.916,37	2.824,4980	R\$ 865,64/ha

O valor de R\$ 1.190.916,37 refere-se ao pagamento das benfeitorias da Fazenda Retiro, localizada em Mirandópolis. O imóvel tem uma área de 2.824,4980 hectares, o que equivale a R\$ 865,64 por hectare. A obtenção de terras se dá de três formas: desapropriação (de áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra direta com o proprietário) e não-onerosa (na prática, terras públicas). As duas primeiras modalidades compreendem pagamento do imóvel (aquisição) e de benfeitorias em moeda corrente e em Títulos da Dívida Agrária (TDA) – caso da Fazenda Retiro.

b) Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida	Percentual
		%
65	01	6.500%

No exercício de 2009 foram protocolados junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente 65 licenças ambientais (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação e Operação – LIO e similares). Embora protocoladas, a Secretaria expediu durante o exercício apenas uma licença. No momento, o INCRA aguarda os encaminhamentos da referida autarquia, uma vez que os estudos e projetos já foram viabilizados e encaminhados.

c) Índice de projetos de assentamentos com licenças ambientais em vigor

Projetos com Licença	Projetos da SR (08) ²⁵	Percentual
		%

²⁵ Para este indicador, utilizamos apenas o total de assentamentos federais (PA e PDS).

45	107	42,05%
----	-----	--------

Do total de 107 projetos de assentamento no Estado de São Paulo, atualmente, 45 PAs estão com as licenças prévias expedidas pela Secretaria do Meio Ambiente. Ressaltamos que o número de licenças expedidas depende do encaminhamento dado pela própria Secretaria aos pedidos já enviados pelo INCRA. No momento o INCRA-SP já protocolou pedido de licença ambiental para todos os assentamentos do Estado e aguarda manifestação da autarquia responsável.

17.4 Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento

a) Índice de acesso à água para consumo doméstico

Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico	Quantidade total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
940	1.567	59,99

No exercício de 2009 aproximadamente 940 famílias em onze assentamentos foram atendidas com obras de infra-estrutura no que se refere à execução de poço tubular profundo e execução de poço cacimba. As obras foram viabilizadas pela parceria com a CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo. A CODASP é uma empresa de economia mista com controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1987, especializada na prestação de serviços de conservação de estradas rurais, terraplenagem, preparação de solo, construção de açudes e lagoas de tratamento, execução de microbacias hidrográficas, dentre outros. Pelo seu alto grau tecnológico (possui certificação ISO9000), integração de técnicas com as necessidades ambientais e eficiência, foi dada continuidade nessa parceria, iniciada em 2005.

Em relação a quantificar números referentes às obras de infra-estrutura, podemos afirmar que esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), já que várias obras iniciam-se em um ano e são concluídas no outro. Sendo assim, tendo em vista que o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas por esta ação, se dá por ocasião do recebimento da obra por parte de um engenheiro do INCRA e a emissão do Termo de Aceitação (provisório) da Obra, muitas das famílias beneficiadas pelas obras decorrentes desta Ação serão contabilizadas apenas no ano posterior.

b) Índice de provimento de PDA/PRA

Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA	Total PA(s)	Porcentagem
		%
73	107	68,22

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações. O Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) é conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição a este, destinadas a garantir ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo. Em São Paulo, atualmente, somamos 59 projetos de PDA e 14 de PRA concluídos.

c) Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas

Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas	Número total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
1.652	1.567	105,42%

No exercício de 2009 aproximadamente 1.652 famílias foram atendidas com obras de infra-estrutura no que se refere à execução de abertura, adequação, revestimento e terraceamento. As obras foram viabilizadas pela parceria com a CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo. A CODASP é uma empresa de economia mista com controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1987, especializada na prestação de serviços de conservação de estradas rurais, terraplenagem, preparação de solo, construção de açudes e lagoas de tratamento, execução de microbacias hidrográficas, dentre outros. Pelo seu alto grau tecnológico (possui certificação ISO9000), integração de técnicas com as necessidades ambientais e eficiência, foi dada continuidade nessa parceria, iniciada em 2005.

Em relação a quantificar números referentes às obras de infra-estrutura, podemos afirmar que esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), já que várias obras iniciam-se em um ano e são concluídas no outro. Sendo assim, tendo em vista que o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas por esta ação, se dá por ocasião do recebimento da obra por parte de um engenheiro do INCRA e a emissão do Termo de Aceitação (provisório) da Obra, muitas das famílias beneficiadas pelas obras decorrentes desta Ação serão contabilizadas apenas no ano posterior.

d) Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Número de unidades habitacionais efetivamente construídas	Número de famílias assentadas	Porcentagem
		%
1.779	1.567	113%

No exercício de 2009 foram construídas 1.779 casas em projetos de assentamento no Estado de São Paulo. As casas são construídas a partir da concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, nas modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação/materiais de Construção, implementada por meio de contrato e repasse às representações de trabalhadores rurais assentados, de recursos financeiros para construção e recuperação de unidades habitacionais tem base legal na Constituição Federal; Lei 4.504/ , art.73; MP 2.183/2001; Decreto 59.428/1996 e IN/54/2009. Esta também é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro) porque a concessão do crédito e a construção de casa não ocorrem no momento seguinte à homologação da família no lote. Por esse motivo muitas famílias assentadas, principalmente no final do ano, terão suas casas construídas num período posterior.

e) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou linha de crédito voltada à produção

	Quantidade contratos firmados	
	unidade	
	1074	

Durante o exercício de 2009, em todo o Estado de São Paulo foram firmados 1.074 contratos de operação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs feitas e enviadas para o banco.

f) Índice de provimento de Assistência Técnica

Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica	Número de famílias dos PA(s)	Porcentagem
		%
9.539	9.539	100%

Em São Paulo, o índice de assistência técnica chegou a 100% porque atualmente todos os projetos de assentamento recebem atendimento e serviços de ATES diretamente e regionalmente. O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) é um novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em São Paulo, entendemos essa realização de 100% da ação, porque hoje contamos com a disponibilização do serviço de catorze Núcleos de Apoio localizados em locais estrategicamente escolhidos que possibilitassem uma atuação direta do agente de ATES (equipes multidisciplinares) e o beneficiário da reforma agrária. Os Núcleos estão localizados e atendem da seguinte

forma:

Núcleo de Apoio	Assentamentos atendidos
Unidade Avançada de Andradina	43
Araraquara	12
Bauru	3
Iaras	5
Itapeva ²⁶	8
Mirante do Paranapanema	5
Presidente Epitácio	4
Promissão	11
Rancharia	6
Ribeirão Preto	2
Teodoro Sampaio	2
Vale do Paraíba (Taubaté)	6

²⁶ O núcleo de Itapeva atenda a 08 (oito) assentamentos estaduais.

Fonte: Divisão de Desenvolvimento

Vale do Ribeira (Apiá)	3
Eixo Anhanguera e Itapetininga	8
TOTAL	118

Cada Núcleo é composto por equipes multidisciplinares que realizam diariamente o acompanhamento de projetos, esclarecimento de dúvidas, execução de serviços, entre outros.

g) Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)

	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas	
	R\$	

A elaboração desta índice depende da realização e aplicação da pesquisa intitulada “Qualidade de vida, Produção e Renda dos Assentamentos”. Prevista para ser realizada em 2009 só teve aprovação por parte da SEDE para iniciar-se no mês de março de 2010. Com isso os índices serão consolidados apenas no próximo exercício.

h) Índice de parcelas supervisionadas

Quantidade de parcelas fiscalizadas	Quantidade total de parcelas	Porcentagem
		%
617	8.909	6,92

No exercício de 2009 foram supervisionadas 617 parcelas. A ação atende a IN 47/2008 que estabelece diretrizes para a supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária e retomada de parcelas ocupadas irregularmente. Anualmente há uma diminuição gradual em relação a parcelas irregulares em consequência de um melhor acompanhamento dos PAs com desenvolvimento das ações do programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.

i) Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados

	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados	
--	---	--

	criados no período	
	unidade	
	-	

No exercício de 2009 o INCRA-SP não criou nenhum projeto de assentamento com características ambientalmente diferenciadas. Todos os onze projetos de assentamento foram criados na modalidade PA. Embora a autarquia contabilize hoje um quadro com dezoito Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS) criados.

j) Índice de consolidação de assentamentos

Número de famílias assentadas em PA(s)	Número total de famílias existentes nos PA(s)	Porcentagem
		%
	-	

No exercício de 2009 não foi consolidado nenhum projeto de assentamento. A consolidação de um PA depende de inúmeros fatores como o pleno desenvolvimento do projeto e independência técnica e financeira dos beneficiários da reforma agrária. Além disso, há necessidade de corpo técnico especializado para realizar a fiscalização e dar encaminhamento ao processo, o que no INCRA ainda é insuficiente.

17.5Gestão Administrativa

a) Índice de abrangência de capacitação

Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação	quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
167	107	156,07

No exercício de 2009 temos um número de 167 servidores que participaram de capacitações (cursos, palestras, oficinas, etc – presenciais ou à distância). O número é maior que o total de funcionários da casa. Isso ocorreu porque um mesmo servidor participou de mais de uma capacitação durante o ano, o que acabou sendo contabilizado mais de uma vez. A ação contempla as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011. As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA-SP foram definidas através de levantamentos de necessidades realizados junto às diversas divisões. Os treinamentos contemplaram os segmentos: Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial, Informática e Comportamental

b) Índice de horas de capacitação

Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários	quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
388	107	3,62 horas/aulas por servidor

Conforme o que foi citado acima, esses cursos de capacitação somaram o total de 388 horas-aulas. Isso deu a média de 3,62 horas-aulas por servidor, conforme demonstrado no indicador.

c) Índice de aprovação dos convênios

Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício	Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício	Porcentagem

		%
14	52	26,92

Existe um total de 86 convênios sendo que 75 são nos moldes da IN/STN 01/97 e 11 nos moldes do SICONV. Dos convênios nos moldes da IN/STN 01/97 cinquenta e dois encontram comprovado, quatorze aprovado, nove na situação de “a comprovar” no SIAFI. Os convênios nos moldes do SICONV não estando, ainda, na fase de análise da prestação de contas.

O índice de 26,92% foi calculado através da divisão do numero total de convênios aprovados (14) dividido pelo numero de convênios comprovado (52).

A análise da prestação de contas dos convênios é realizada no Setor de Contabilidade por dois servidores, sendo que tais servidores possuem ainda outras atribuições, tais como: prestação de contas de diárias, prestação de contas de suprimentos de fundos, processos de TDA’S, restituição de GPS, conciliação do Almocharifado com o SIAFI, conformidade Contábil e demais ajustes no SIAFI. Fator relevante a ser destacado é que existe uma quantidade expressiva de convênios, o que faz com que haja uma certa quantidade de estoque de convênios para ser analisada a prestação de contas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SR(08)
Rua Brasílio Machado, 203 – 7º andar (CEP: 01230-906) – Fone: (11)3823-8580

MEMO/INCRA/SR(08)DA/Nº. 44/10

São Paulo (SP), 17 de março de 2010.

DO: CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

AO: SUPERINTENDENTE REGIONAL

ASSUNTO: (Relatórios Prestação de Contas Anual do Exercício 2009)

Senhor Superintendente,

Através do presente, estamos encaminhado a V. S^a., documentos relativos a prestação de contas desta Superintendência, correspondente ao exercício de 2009, com vistas a Auditoria do INCRA sede, conforme artigo 4º Norma de Execução Conjunta/INCRA/AUD/DA/Nº.91

Esclarecemos, que os trabalhos foram executados de conformidade com a Norma de Execução Conjunta/INCRA/AUD/DA/Nº.91, Instrução Normativa/TCU/Nº57, Decisão Normativa/TCU/Nº100, Decisão Normativa/TCU/Nº102, Norma de Execução/CGU/Nº3 e Portaria-TCU Nº 389.

Atenciosamente,

Wanderley de Oliveira Brito
Chefe da Divisão de Administração
Port. INCRA/P/Nº 313-II



SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO - SR(08)
Rua Brasílio Machado, 203 - 7º andar (CEP: 01230-906) - Fone: (11)3823-8580

MEMO/INCRA/SR(08)GAB/Nº. 41/09

São Paulo (SP), 17 de março de 2010.

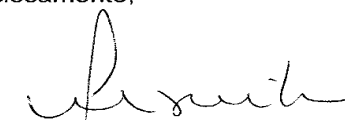
DO: SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA/SP

A: Auditoria do INCRA sede - AUD

ASSUNTO: Encaminha Anexo da Prestação de Contas Anual do Exercício 2009.

No cumprimento da Norma de Execução Conjunta//INCRA/AUD/DA/Nº.91, Instrução Normativa/TCU/Nº57, Decisão Normativa/TCU/Nº100, Decisão Normativa/TCU/Nº102, Norma de Execução/CGU/Nº3 e Portaria-TCU Nº 389, estamos encaminhando a prestação de contas anual do exercício de 2009, desta Superintendência.

Atenciosamente,


Jane Mara Guilhen
Assistente
Pot./INCRA/p/nº 230/04
INCRA/SP

INCRA
Recebido na AUDITORIA
Em 19/03/10
As 14:36 hs.
Sônia

Recebido no Protocolo
Central - DAA-2.2-Incra
BSB 19/03/10
As 10:40
Sônia
Servidor

PARECER DE AUDITORIA

A Auditoria Interna do INCRA, cumprindo a atribuição estabelecida no § 5º, art. 15, do Decreto 3591, de 06/09/2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto 4.304, de 16/07/2002, apresenta seu parecer sobre a Prestação de Contas Anual da Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo, na forma prevista na Decisão Normativa TCU nº 102/2009, correspondente ao exercício financeiro de 2009.

O processo encontra-se constituído das peças básicas estabelecidas nas Decisões Normativas nº 100 e 102, ambas de 2009, do Tribunal de Contas da União, e Portaria nº 555/06, da Controladoria Geral da União.

A execução dos registros contábeis no Sistema do qual se originou a presente prestação de contas, foi procedida com observância do Plano de Contas da Administração Federal.

Os Balanços Financeiro, Patrimonial e Orçamentário, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais, foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e refletem a adequada situação da Superintendência Regional.

No entendimento desta Auditoria Interna, com relação as contas constantes do Balancete da UG extraído do Sistema SIAFI o Órgão de Contabilidade da Regional, deverá continuar empenhando as atividades necessárias para proceder o acompanhamento nas contas a fim de evitar inconsistências contábeis.

Abaixo segue parecer com relação aos itens a seguir indicados, previstos no Anexo III da DN TCU nº 102/2009 :

1. CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE

Após a edição do Decreto 3.591/2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o INCRA implantou na sua estrutura organizacional a Auditoria Interna, objetivando fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Desde então, em conjunto com outros Órgãos comprometidos com a Reforma Agrária, temos empenhado junto às nossas Regionais no sentido de cada vez mais aprimorarmos nossos controles internos. Tais resultados podem ser medidos através do empenho da Autarquia em atender as diligências oriundas dos Órgãos Internos e Externos, atender as demandas das Superintendências Regionais, em monitorar a implementação das medidas preventivas sugeridas e as corretivas recomendadas, procedentes das recomendações dos relatórios das Inspeções Ordinárias e Especiais.





O INCRA tem se empenhado em realizar treinamentos aos servidores o que viabiliza uma melhora significativa no desempenho dos profissionais, contribuindo para que as deficiências do Órgão sejam minimizadas, como também, emitido normas internas com a finalidade de adequar os procedimentos e técnicas utilizadas na Autarquia com a Legislação vigente.

2. REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

Durante o exercício de 2009, a Auditoria Interna do INCRA não realizou Inspeção na Superintendência Regional, conseqüentemente não analisou nenhum processo licitatório, porém foi verificado junto ao SIAFI que a SR-08/SP, nos procedimentos licitatórios foram adotados as modalidades de Tomada de Preços e Pregão Eletrônico.

3. GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

No exercício de 2009, a Superintendência Regional informa que foram firmados 09 convênios entre, Prefeituras Municipais, Federação, Cooperativas e Organizações Não Governamentais, com o objetivo de promover Infra-estrutura, Capacitação e Assistência Técnica e Extensão Rural nos Projetos de Assentamento localizados no Estado de São Paulo.

Com relação aos convênios firmados por esta Autarquia, a Auditoria tem a esclarecer que, mesmo considerando a importância da participação das entidades privadas sem fins lucrativos na execução das políticas voltadas à Reforma Agrária, é relevante que o INCRA busque alternativas junto a estas entidades privadas de forma a contribuir com a melhoria técnica, operacional e administrativa. Por outro lado, também é recomendável que a Coordenação de Contabilidade, continue adotando medidas administrativas para diminuir o número de convênios nas diversas situações: A COMPROVAR, A APROVAR E INADIMPLENTE, Instaurando, se necessário, a devida Tomada de Contas Especial. Tal recomendação está pautada na experiência adquirida na análise e na verificação dessas contas de convênios.

4. CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

Durante o exercício em exame, a Auditoria Interna, apesar de ter programado em seu PAINT/2009 a realização de inspeção ordinária junto a Superintendência Regional do Estado de São Paulo – SR-08/SP, a mesma não foi efetivada, porém foi adotado providências para o atendimento de 03 pendências, conforme Solicitação de Auditoria nº 223127/002 da Controladoria-Geral da União – CGU.



5. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Durante o exercício de 2009 o Tribunal de Contas da União - TCU editou Acórdão sobre a Prestação de Contas do exercício de 2005, que citou a Superintendência Regional do INCRA em São Paulo. O mesmo foi objeto de ações por parte do INCRA Brasília junto a SR-08/SP, visando o atendimento e cumprimento dos mesmos.

6. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo, no exercício de 2008, recebeu da Controladoria Geral da União – CGU o Certificado de Auditoria REGULAR COM RESSALVAS, conforme constou dos relatórios da SFC/CGU.

Por meio de acompanhamentos e monitoramentos desenvolvidos pela Auditoria Interna realizados durante o exercício de 2009, verificamos que as ressalvas/recomendações foram objetos de ações, por parte da SR-08/SP, visando a análise, respostas e cumprimento das mesmas, especialmente no que se refere aos achados de auditoria constantes nos relatórios acima mencionados.

Brasília, 24 de março de 2010.


LAURO CESAR VASCONCELOS
Auditor-Chefe do INCRA



DESPACHO/INCRA/AUD/Nº 42 2010

Processo nº 54190.000963/2010-22

Interessado – Superintendência Regional do INCRA em São Paulo - SR-08

ASS: Prestação de Contas Anual do Exercício de 2009

À Superintendência Regional do Estado de São Paulo – SR-08/SP,

Restituímos a essa Superintendência Regional o presente Processo de Contas relativo ao exercício de 2009, nº 54190.000963/2010-22, contendo o Parecer desta Auditoria Interna sobre as Contas dessa Unidade Jurisdicionada às fls. 186 a 188.

O presente processo deverá ser encaminhado à Controladoria Geral da União – CGU nesse Estado até 31.03.2010 para fins de exame de auditoria e inserção das peças de Relatório Parecer e Certificado emitidos por aquele Órgão de Controle Interno.

Brasília, 24 de março de 2010.


LAURO CESAR VASCONCELOS
Auditor Chefe do INCRA

Recebido no Protocolo
Central - DAA-2.2-Incra
Em 24/03/10
As 12:20
maes
Gratidão

Recebido no
Protocolo Central
Em 24/03/10
As 15:30
maes



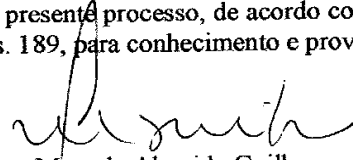
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO – SR(08)
Rua Dr. Brásílio Machado, 203 – 6º andar – CEP:01230-906 – Fone (11)3825.3233/3817 – FAX (11)3823.8562

DESPACHO/INCRA/SR (08) GAB/Nº 044 /10. São Paulo, 30 de março de 2010.

PROCESSO: 54000.000963/2010-22.
Interessado: Superintendência Regional do Incra de São Paulo.
Assunto: Prestação de Contas Anual do Exercício de 2009.

À SR(08)A
Senhor Wanderley de Oliveira Brito

Encaminhamos a Vossa Senhoria o presente processo, de acordo com parecer do Auditor – Chefe, Dr. Lauro César Vasconcelos, de fls. 189, para conhecimento e providências quanto ao solicitado.


Jane Mara de Almeida Guilhen
Assistente
Port./INCRA/P/nº 230/04

	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO-SR(08) DIVISÃO ADMINISTRATIVA-SR(08)A	 Brasil Governo Federal
---	---	--

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – exercício de 2009

1

Número do processo:	54190.004764/2009-50			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
			☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	Portaria 42	Data:	05.08.2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar os fatos narrados no Relatório Preliminar de Fiscalização			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Relatório	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☒	Processo encaminhado para julgamento em 13.10.2009	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☒	Arquivamento
Pena aplicada:	_____			
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Número do processo:	54190.001766/2009-97			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
	☐	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:	34	Data:	25.06.2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar denúncia anônima conforme parecer às fls. 37/39 do Processo 54190.001766/2009-97.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para Julgamento em 14.09.2009	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☐	Arquivamento
Pena aplicada:	_____			
Remessa dos autos:	☒	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Número do processo:	54190.002933/2004-11			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa x	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº 36		Data: 08.07.09	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	"Apurar as irregularidades constantes do Processo, 54190.002166/02-60"			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para julgamento em 13.08.2009	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☒	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

3.

Número do processo:	54190.001193/00-56 – Apenso 54190.004554/2009-61			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº 40		Data:	30.08.2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar os fatos apontados no Processo 54190.001193/00-56			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para Julgamento em 15.01.2010	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☒	x Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☒	Arquivamento
Pena aplicada:	_____			
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

5

Número do processo:	54190.001876/2009-59 – Apenso 54190.001182/2007-50 e			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
	☐	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº 11		Data: 23.03.2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Comunicação do Ministério Público Federal de São Paulo para abertura de sindicância investigatória sobre denúncias de irregularidades na aplicação de recursos no Processo 54190.001182/2007-50.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☒	Processo encaminhado para julgamento em 29.05.2009	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita	☐	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE x	☒	Valor do dano causado ou estimado (R\$): 1.810.106,92		

Número do processo:	54190.001875/2009-12			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa		☐ Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial		☐ Processo Administrativo- disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐ Ordem de Serviço	☐ Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº 06			Data: 19.02.2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Determinar a instauração de processo de sindicância investigativa para apuração de possíveis irregularidades na colocação de famílias em área errada no município de Miracatu – Ribeirão do Pio.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐ Indiciamento/Defesa	☐ Relatório
	☒	Processo encaminhado para julgamento em 29.05.2009		☒ Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐ Apenação	☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita		☐ Arquivamento
Pena aplicada:	_____			
Remessa dos autos:	☐	MPF		☐ AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☒	Valor do dano causado ou estimado (R\$): 1.373.598,25		

Número do processo:	54190.004566/2008-13				
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória	
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo- disciplinar	
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐ Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº 05			Data: 19.02.2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Determinar a instauração de processo de sindicância investigativa para apuração de descumprimento hierárquico de servidor lotado nesta SR(08).				
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	☐ Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em		☒	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita		☒	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	☐	MPF		☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

7

Número do processo:	54190.004566/2008-13			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo- disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
	☐	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº 05			Data: 19.02.2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Determinar a instauração de processo de sindicância investigativa para apuração de descumprimento hierárquico de servidor lotado nesta SR(08).			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Relatório	☐	
Julgamento:	☐	Processo encaminhado para julgamento em	☒	Processo Julgado
	☐	Absolvição ☐ Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita	☒	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO SR(08)

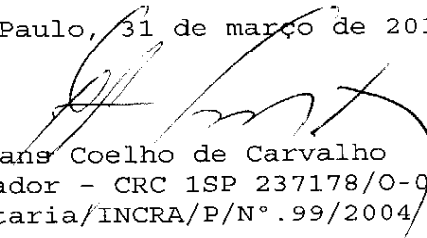
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n°.4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional.

Nossa Ressalva:

O total do ativo real - do Balanço Patrimonial - apresenta um valor total de R\$ 944.809.770,05 (Novecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e setenta reais e cinco centavos) sendo que deste total R\$ 816.659.978,18 (Oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e dezoito centavos) está representado por gastos classificados no ativo realizável a longo prazo.

São Paulo, 31 de março de 2010.


Evans Coelho de Carvalho
Contador - CRC 1SP 237178/O-0
Portaria/INCRA/P/N°.99/2004